ESTADO DE RORAIMA
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
Assembleia Legislativa

Boa Vista-RR, 03 DE ABRIL DE 2009 Editado conforme Resolução nº 041/08 Edição 600 Páginas: 14

MESA DIRETORA

DEPUTADO MECIAS DE JESUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
1º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO JOSÉ REINALDO
2º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DAMOSIEL L. DE ALENCAR
3º VICE-PRESIDENTE

DEPUTADA MARÍLIA PINTO
1ª SECRETÁRIA

DEPUTADO REMÍDIO MONAI
2º SECRETÁRIO

DEPUTADO ROSINALDO ADOLFO
3º SECRETÁRIO

DEPUTADO MARCELO CABRAL
4º SECRETÁRIO

DEPUTADO ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
DEP. RODOLFO BRAGA - PRESIDENTE
DEP. JALSER RENIER – VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, SEGURANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
DEP. RONALDO TRAJANO - PRESIDENTE
DEP. ERCI DE MORAES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTOS E SAÚDE
DEP. IONILSON SAMPAIO - PRESIDENTE
DEP. ZÉ REINALDO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE
DEP. CÉLIO WANDERLY - PRESIDENTE
DEP. MARCELO CABRAL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
DEP. LÚCIA PEIXOTO - PRESIDENTE
DEP. RAUL LIMA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - PRESIDENTE
DEP. LEONÍDIO LAIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS MINORIAS
DEP. FLAMARION PORTELA - PRESIDENTE
DEP. SARGENTO DAMOSIEL - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR
DEP. FLÁVIO CHAVES - PRESIDENTE
DEP. NALDO DA LOTERIA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E ASSUNTOS INDÍGENAS
DEP. AURELINA MEDEIROS - PRESIDENTE
DEP. IONILSON SAMPAIO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
DEP. IVO SOM - PRESIDENTE
DEP. CHICO GUERRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS
DEP. TIÃO PORTELLA - PRESIDENTE
DEP. RONALDO TRAJANO - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO AOLESCENTE E DO IDOSO E DE AÇÃO SOCIAL
DEP. MARÍLIA PINTO - PRESIDENTE
DEP. SOCORRO SIMÕES - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DEP. ERCI DE MORAES - PRESIDENTE
DEP. CHICÃO DA SILVEIRA - VICE-PRESIDENTE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, RELAÇÕES FRONTEIRIÇAS E MERCOSUL
DEP. LEONÍDIO LAIA - PRESIDENTE
DEP. REMÍDIO MONAI - VICE-PRESIDENTE

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTO DE FUNDOS

R E S O L U Ç Ã O Nº 297/2009

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o deslocamento do servidor **JOSÉ ROGÉRIO DE SALES, Assistente Jurídico,** para a cidade de Brasília-DF, no período de 06.04 a 08.04.09, aonde o mesmo irá tratar de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, com ônus para este Poder.

Casa Paulo VI – Sede Provisória do Poder Legislativo, 03 de abril de 2009.

Deputado ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS
Presidente
Deputada MARÍLIA NATÁLIA PINTO
1ª Secretária
Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º Secretário

ATAS PLENÁRIO

ORDINÁRIAS

ATA DA 1811ª SESSÃO, EM 18 DE MARÇO DE 2009.
37º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SARGENTO DAMOSIEL.
(Em exercício)

Às nove horas do dia dezoito de março de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a milésima octingentésima décima primeira Sessão Ordinária do trigésimo sétimo período legislativo da quinta legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Sargento Damosiel**) – Convido o Senhor Deputado **Célio Wanderley** para atuar como Segundo Secretário *ad hoc*.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à verificação de quorum.

A Senhora Primeira Secretária **(Lúcia Peixoto) –** Senhor Presidente, há quorum regimental.

O Senhor Presidente (**Sargento Damosiel**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Célio Wanderley**) **– (**Lida a Ata).

O Senhor Presidente **(Zé Reinaldo) -** Em discussão a Ata.

Em votação, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Lúcia Peixoto**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 07/09, de 13/03/2009, do Gabinete Deputado. **Leonídio Laia**, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 11 do corrente.

- Projeto de Lei s/n°, de 03/03/09, de autoria da Deputada **Marília Pinto,** que "Institui o Dia Estadual do Jornalista no Estado de Roraima".

EXTERNOS:

- Ofício nº 010/09, de 25/02/09, da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, convidando os Senhores Parlamentares a participarem da Oficina de Acolhimento aos novos Gestores do SUS, que será realizada nos dias 19 e 20 do corrente.

Era o que constava do Expediente Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **(Zé Reinaldo) –** Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto)** procede à chamada.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** - Bom dia Senhor Presidente, bom dia Senhores Deputados, bom dia funcionários da Casa.

Ontem eu iria usa a Tribuna da Casa para falar da minha ida ao Estado do Amazonas, na semana passada, na condição de Presidente da Comissão de Direitos da Mulher e discutir algumas propostas que eu vi e a observação que faço em relação ao Estado no que diz respeito ao cumprimento da Lei Maria da Penha. Pretendo falar um pouco sobre isso e não poderia deixar de rememorar hoje a grande expectativa que vive a população do nosso Estado de Roraima, pois a essa hora deve ter dado o início, no Supremo Tribunal Federal, o prosseguimento do julgamento quanto à demarcação de área contínua Raposa/Serra do Sol. É importante dizer aos Senhores que pela informação que tenho, me parece que o Deputado **Zé Reinaldo** foi a Brasília ontem para acompanhar esse processo. Não sei quantos Deputados estão lá. De toda sorte, existem questões internas que precisam ser discutidas aqui, o que não nos permite o deslocamento de um grande número de Deputados. Mas, estive no primeiro momento de votação do Supremo com outros Deputados, e tamanha foi a nossa perplexidade quanto ao relatório do Ministro **Carlos Aires de Brito.** Na verdade, nosso entendimento foi que eles são constitucionalistas. Em cima do que a Constituição propõe, eles discutem, julgam e decidem. Esse é o grande problema que temos nesse país, porque nós discutimos em cima de um texto constitucional que deveria representar uma verdade na vida dos brasileiros. Hoje a distancia entre o que a Constituição Federal propõe e aquilo que cada cidadão brasileiro vive, dentro dos seus lares, na sociedade, com que nós compartilhamos as nossas ações, existe um verdadeiro abismo entre a proteção e salva-guarda constitucional e a exposição da fragilidade que vive a sociedade brasileira. Acho importante dizer isso, porque, se a lógica que foi discutida no primeiro período de discussão se repetir hoje, peço a Deus que esteja errado, mas tenho quase certeza de que a opção será pela demarcação contínua, e não adianta dizer que deixar que a descoberto as áreas de fronteira, como eu ouvir dizer por vários Ministros, não é problema para nós, não significa uma possível lesão, a invasão, preservação da segurança nacional, porque o que se diz é que o Estado Brasileiro e o Governo Federal têm obrigações constitucionais para com as fronteiras, mas nós que vivemos na Amazônia sabemos que as fronteiras são quilômetros e quilômetros de fronteiras desertas, e, em função disso, eles falam na colocação de pelotões nessas regiões supostamente desertas após a demarcação contínua, com a saída dos brasileiros. E sabemos pelo que conhecemos da história do Brasil, das iniciativas públicas, que isso levará muito tempo, embora, para justificar a demarcação contínua, essas ações já tenham sido iniciadas, através de uma reunião, entre várias reuniões que levam muito tempo para serem concretizadas. Tive oportunidade numa Comissão da Assembléia com vários Deputados aqui, visitar todas essas localidades do Surumu, regiões do Uiramutã, Socó e todas aquelas áreas e vimos o grande equívoco que vem acontecendo nesses últimos tempos. Seria repetitivo falar deles, porque nós contamos vários momentos sobre isso, fizemos audiências públicas sobre isso. Só lamento! É isso que tem que servir de lição para nós. Primeiro, que exista prudência caso a demarcação contínua seja decidida, que exista parcimônia por parte do Poder Público Federal no que diz respeito à saída daqueles que ainda estão lá. É verdade que nós temos acompanhado que as pessoas que saíram de lá muitas não foram indenizadas; as que foram as indenizações são vergonhosas e o local que foi oferecida pelo INCRA é uma estupidez para muitos que perderam suas casas, lotes e propriedades dignas e decentes na área demarcada. Então, fico pensando quanto movimento a gente fez, o quanto nós falamos sobre isso, o quanto nos indignamos, o quanto caminhamos ao Supremo Tribunal Federal com o pires na não, Ministro **Gilmar Mendes**, **Ellen Gracie,** e hoje, caso a decisão ocorra do Supremo, vou considerar estupro para Roraima o que está acontecendo. Acho que se isso, de fato, for oficializado, a discussão das terras que forem entregues para nós, foi a moeda de troca que nós tivemos pela demarcação continua. Não sei se os senhores leram na imprensa nacional sobre o General **Eleno**, que foi um grande defensor da questão da Amazônia .

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Laia** – Nobre Colega, a minha preocupação é uma, o governo federal tinha uma batata quente na mão, Raposa/Serra do Sol, e ele quer comer de qualquer jeito a batata assada. Ele não sabia como fazer, pegou as terras de Roraima e entregou ao Governo do Estado e disse: agora, para vocês vai ficar o ÔNUS porque eu quero minhas terras sem ninguém dentro. O Governo do Estado vai ter que se arrumar. Hoje as terras são do Governo do Estado, pois o Governo Federal não tem mais terra. Então, quem vai ter que assentar os arrozeiros é o Governo do Estado. Esse foi um presente de grego que ele passou para o Governo do Estado, ao pegar um problema seríssimo que ele tinha nas mãos e entregar para o Governo do Estado. Onde vamos ter capital para fazer rede elétrica, estrada, preparar outra área para o pessoal trabalhar? O Governo Federal não pode fazer nada porque não tem mais terra. Só vai comer da batata quente o produtor e quem vai queimar a mão é o nosso governador. Esse é o nosso sofrimento, ficamos alegres mas o pagamento foi caro com esse presente que foi dado, com má intenção, pelo Governo Federal.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** continua. - Obrigada Deputado. Nós sabemos disso, sempre lutamos contra isso, mas é preciso que aguardemos um pouco, porque só o tempo é que vai nos mostrar o desdobramento que essas decisões arbitrarias do Governo Federal trarão e que conseqüência trará para Roraima, sem falar do desemprego, da perda de capacidade de geração, produção, criando uma apartheid social, uma situação que estou vendo no governo do Presidente **Lula,** que me preocupa. Isso, levaria a outras discussões, as cotas para concurso público, cota para isso, cota para aquilo. Não sei se esse sentimento preconceituoso que a gente luta há tanto tempo contra ele, em nome da justificativa da dívida que o Estado brasileiro tem para com o segmento da população, se justifica ao criar essas diferenças, até porque a maioria do povo brasileiro negro, caboclo, índios, mestiços, branco, é pobre e vive em condições de risco social, vive em áreas difíceis naquilo que deveria ser básico e assegurado por lei. Acho que isso deve servir como um alerta para nós. Essa discussão da demarcação contínua levou anos aqui, era uma discussão política, passou a ser uma discussão jurídica, porque a classe política, alguns políticos influentes e, principalmente, a classe política de representação federal, porque muitas vezes falha nos seus compromissos, ao ver a questão partidária como uma questão pessoal, coloca seu interesse acima dos interesses do Estado e como são eles os detentores da realidade local, eles passam a bola para juristas e Ministros, que talvez alguns deles nunca colocaram os pés na Amazônia, nunca ouviram os depoimentos que nós ouvimos de índios na Assembléia contra a Demarcação, da desagregação das famílias. Mas a classe política ouviu, e não tiveram a responsabilidade de permitir que essa decisão fosse tomada no âmbito político, e perdeu este tempo, e existem falhas, que o preço quem vai pagar? Serão as próximas gerações. Quando eu falo dessa maneira, as pessoas retrucam " Lá vem a **Marília** dá lição de moral." Eu não quero dá lição de moral. Mas eu me preocupo com o que eu represento aqui. As vezes a gente negligencia, a responsabilidade que tem. Eu também estou incluído aqui, e a gente não sabe o custo que muitas vezes a nossa omissão tem. Então, eu acho que a gente deve lembrar disso. Não estou querendo dizer que a Assembléia foi omissa neste caso, muito pelo contrário, ela sempre levantou esta questão, mas eu estou falando das responsabilidades, da representação política no geral, dos Vereadores dos Deputados Federais, Estaduais e Senadores. Lamento por isso!

Aparte ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio –** Vossa Excelência levantou uma questão importante. Ainda no início desta legislatura fizemos uma reunião na Assembléia Legislativa com os nossos representantes na Câmara Federal, para discutirmos alguns entraves que prejudicam o Estado de Roraima. Chamamos todos para conversa, e de que maneira poderíamos resolver essas questões. Uma das questões foi exatamente a questão da demarcação em área contínua, a falta de transferência das terras, e naquela oportunidade nós discutimos um dispositivo constitucional que permite ao Presidente da República, em um ato unilateral e monocrático, fazer as suas demarcações. É aí que agente chama a responsabilidade da gente e deles, já que estava na alçada deles. O Congresso Nacional teria que chamar essa responsabilidade, e ainda não foi modificado isso, permanece da mesma maneira. Teria que chamar para si a responsabilidade de ser ouvido nessas decisões, principalmente nas áreas de fronteiras, porque envolve as questões de segurança nacional. Falamos isso quando estivemos em Brasília, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, falei da necessidade de ser mudado este dispositivo constitucional, não que o Presidente da República vá ser irresponsável, mas é preciso dividir responsabilidades. Acredito que se o Presidente da República tomasse até a decisão de dividir essa responsabilidade, talvez não tivesse apanhado tanto. Essa é uma questão

muito séria e precisa ser revista. Se permanecer dessa maneira, eu não sei onde vão parar essas demarcações! É o Congresso Nacional, infelizmente, não se mexe. Muito Obrigado.

A Senhora **Marília Pinto** continua. - Já se falam em outras áreas pretendidas aqui no Estado. Deixo esse recado, porque o momento é histórico e não podemos esquecer que nessas decisões, tão importantes para o Estado, não temos a participação devida. Só nos resta esperar o desdobramento dessa decisão.

Também gostaria de falar da minha ida ao Estado do Amazonas, na condição de Presidente da Comissão de Direitos da Mulher, da Criança, do Idoso e do Deficiente. Na realidade são questões muito amplas, e como estamos sempre aprendendo, eu foi até lá para fazer isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Tião Portela** - Recordo-me do filme "Doutor Givago" que retrata a vida de um médico bem sucedido. De repente, ele se viu, no início do comunismo na Rússia, tendo que dividir os quartos da casa dele com as outras pessoas, porque era a nova lei. E nós não estamos em situação diferente. Hoje é a Raposa/Serra do Sol; amanhã, quem sabe, podem querer expandir as terras indígenas e chegar até os nossos terrenos, e quem sabe até dividir os quartos da minha casa com eles.

A Senhora **Marília Pinto c**ontinua. – Eu gostaria de avisar aos Senhores Deputados que eu fiquei muito satisfeita com relação a algumas questões em relação ao Estado do Amazonas. É claro que eu não quero dizer aqui que o Amazonas é um exemplo de administração; não é isso. É claro que há deficiências em outras Assembléias, como ocorre na nossa, mas há ações importantes. A gente precisa observar um Estado bem perto de nós, que tem 100 anos de atividade legislativa, o Amazonas. A Assembléia Legislativa do Amazonas tem 100 anos, nós temos cinco legislaturas, ou seja, 20 anos. Existe uma diferença grande e não é possível que não exista nada lá importante que a gente não possa observar. Então, uma coisa que eu pude observa lá é que as Assembléias Legislativas estão mudando de atitude com relação às ações é a população. Não existe só a questão da discussão da tribuna. As Comissões são bem mais ativas e participativas, elas ampliam as suas competências e a Comissão da Mulher não é diferente. Eu encontrei isso na Comissão da Mulher e é isso que eu vou pretender fazer aqui. Eu gostaria que esta minha iniciativa, que não é de copiar, eu já vi isso funcionar em outros lugares, caso seja viável, sensibilizasse outras Comissões, para que possamos trabalhar nessa mesma linha. A Comissão da Mulher na Assembléia do Amazonas já tem a unidade de atendimento as mulheres vitimizadas, cobra o cumprimento da Lei 11.340, Maria da Penha. Eu aqui pretendo implantar essa unidade. A gente precisa e isso tem sido um momento de muita discussão aqui, porque as leis existem e ninguém cumpre. É claro que não depende só do Poder Legislativo, mas a nossa competência é exigir que, dentro das possibilidades, os poderes e instituições observem as leis e as cumpram. Eu acho que isso tem que ser o maior desafio neste ano. Chamar atenção para as leis, fazer atos públicos, exigir que as pessoas conheçam e exigir que o poder cumpra. Observei no Estado do Amazonas a rede de acolhimento às mulheres vitimizadas, rede de prevenção nas escolas. Não adianta apenas punir os homens. Tem um pensamento que não me recordo a autoria: "É preciso educar as crianças hoje, para não punir os homens de amanhã." E a Lei Maria da Penha propõe isso, que se leve às escolas ações de prevenções. Ela cria e impõe a criação do juizado especial contra a violência doméstica. Com muita luta consegui que o Doutor **Robério dos Anjos,** que hora não é mais o Presidente, e sim o Doutor **Almiro Padilha**, criasse uma outra vara criminal, e ele criou a 6ª Vara. Ele tirou os processos da 2ª Vara, que é conduzida pelo Doutor **Jarbas,** que é uma pessoa exemplar na sua conduta. Mas, junto com a 6ª Vara ele botou os crimes de lavagem de dinheiro e outros. Então, nós não atendemos as nossas expectativas. Eu visitei a vara especializada contra a violência doméstica no Amazonas, que leva o nome da Maria da Penha. Lá existe uma equipe multidisciplinar com psicólogos e assistentes sociais, que mostraram que o uso de drogas tem pouca ligação com a violência doméstica. É uma simplesmente uma questão de educação, é uma questão de gênero, da forma como a sociedade enxerga a mulher, e nós precisamos trabalhar contra isso. Não é porque eu sou mulher não! Quando a gente começa a estudar a questão, de todas as formas de violências, existe estudo do Banco Inter-americano que comprova que a violência doméstica chega a comprometer quase 16% do PIB de alguns países, por seqüelas e mortes de mulheres em idade produtiva. Foi comprovado pelo Banco Mundial que as mulheres que são vítimas de violência perdem de 1 a 5 anos de vida saudável. É preciso que o poder público tenha conhecimento disso. Isso não pode ser apenas um discurso interessante ou cansativo da **Marília Pinto.** Tem um ditado que diz que "o ótimo é inimigo do bom". Isso que está ocorrendo. Fala-se em construir uma mega estrutura e não se consegue fazer nem uma boa estrutura. Eu vi no Amazonas que não precisa ser algo magnífico. As obras são de pequenas estruturas, com poucos funcionários, mas acompanham a família inteira.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio –** Quero dar os parabéns à Senhora pelo pronunciamento, e pela preocupação que tem tido com a violência contra a mulher. Isso tem que ser compartilhado por todos os Deputados, sejam eles, homens ou mulheres. Foi o tempo em que a mulher vivia as margens do processo político. A Bíblia tem uma passagem que fala: "feliz é a mulher que permanecesse em silêncio." Eu acredito que até pela questão cultural as mulheres permaneceram em silêncio por muito tempo. Recentemente Shoup Hall dizia que "Mulheres são animais de cabelos longos e idéias pequenas". Graças a Deus já passou este tempo! As manifestações que Vossa Excelência tem feito na Assembléia Legislativa em defesa das mulheres e da sociedade realmente merecem a nossa manifestação de respeito e dizer que o caminho é esse. Não só a Deputada **Marília,** mas todos nós seremos cobrados pela sociedade, se não fizermos o nosso papel em defesa da mulher, da criança e da sociedade como um todo. Portanto, Vossa Excelência está de parabéns. Conte com o nosso apoio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu também quero congratular-me com Vossa Excelência em defesa da mulher. Já que Vossa Excelência está na Tribuna informo que estou relatando um Projeto que foi vetado pelo Senhor Governador, no que concerne a dificultar o acesso de menores a determinados locais públicos, que possam ser seduzidas por ganho fácil. O Projeto de Vossa Excelência é preventivo, e eu não encontro nenhuma justificativa técnica legal ou financeira para este veto. Portanto, peço que Vossa Excelência aborde este veto, para que seja mantido o Projeto de Vossa Excelência e o veto seja derrubado.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** continua. – Fico feliz em saber que Vossa Excelência é o Relator. Vou abordar sim o Projeto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ronaldo Trajano** - Parabenizo Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e pelo grande desempenho à frente da Comissão. Quero acrescentar ao seu discurso, que infelizmente a justiça quando fala dos direitos das crianças e dos adolescentes ela só atua quando o fato já ocorreu, seja na questão de estupro ou violação da criança. A gente ouve as notícias na mídia nacional e parece que virou uma prática. O que a Senhora está trazendo nesta manhã é justamente para embasar a responsabilidade que cada um de nós tem em trabalhar, o mais rápido possível para arrumar meios para eliminar esses fatos que parecem corriqueiros. Há duas semanas a senhora fez um pronunciamento com o mesmo teor, então, eu quero parabenizá-la pelo seu pronunciamento e estamos de prontidão, no que for possível. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Socorro Simões –** Obrigada, Senhor Presidente. Quero parabenizar a Deputada **Marília** pelo zelo, pela dedicação que ela teve ao se deslocar até Manaus, ouvir a comissão das mulheres e fazer valer esse direito das mulheres, para que possamos dar uma atenção maior à família, porque nós vivemos num mundo construído pelos homens e para os homens. A luta da mulher tem sido muito difícil! Ela carrega consigo uma força muito grande, quando tem que ser pai, mãe, levar o sustento para dentro de casa e muitas vezes ela ainda é discriminada. Então, a Lei Maria da Penha protege a mulher das violências domésticas. Mas, eu acho que tem que se estender também às mulheres que são discriminadas no trabalho, a mulher que é discriminada pelo fato de ela não ter a beleza que a mídia e a sociedade exigem. Então, a Lei Maria da Penha tem que se estender e cuidar dessa parte da discriminação, do abuso sofrido no trabalho em todos os sentidos. Sei que todos os Senhores Deputados irão abraçar essa causa e este ano será um ano diferente para as nossas mulheres. Muito obrigada.

A Senhora Deputada **Marília Pinto –** Muito obrigada, Deputada. Na verdade, quando a gente fala nesse assunto todo mundo se entusiasma, porque toca realmente a responsabilidade de cada um de nós. Não tive tempo de falar da rede de acolhimento do estado do Amazonas, mas estarei encaminhando a esta Casa para ampliar a competência de atuação da Comissão de Direito e Defesa da Mulher. Estarei encaminhando na próxima semana essa solicitação de ampliação de competência, para que a gente possa elencar uma série de ações que a Comissão da Mulher vai fazer. Quando falamos na questão da violência contra a mulher, não é só um segmento; a gente está tratando da violência como um todo. Eu presido uma comissão que trata dos grupos desiguais do país e a mulher está entre eles, além da criança, do idoso, do portador de necessidades especiais. Então, não é uma coisa fácil, porque a gente trata dos abandonos em segmentos onde o preconceito ainda é muito forte, mas a classe política tem que ter um olhar cuidadoso, zeloso em relação a essa questão.

Em relação a esta questão que o Deputado **Flamarion** coloca, fico grata de saber, Deputado, que Vossa Excelência está com um relatório. Não vou ter tempo infelizmente de explanar sobre isso agora, mas acho que na próxima reunião falaremos. Mas, gostaria de deixar registrada uma coisa: ontem, eu li uma proposta que foi aprovada pelo Senado. Tenho em mãos uma proposta idêntica à minha, porque vivemos num país grande, com problemas sociais e culturais diferentes e vivemos aqui um momento grave, que é a questão do abuso, sobretudo em crianças. Temos aqui alguém que foi Procurador do Estado, Doutor **Luciano Queiroz,** e que virou motivo de escândalo no Brasil inteiro, até hoje na Band, no SBT, no Jornal

Nacional. Eu não posso entender que Roraima não precisa ter os olhos abertos para isso. Se não estivermos atentos às questões de nossas crianças quem estará? Eu acho que não existe mais o que dizer para colocarmos a problemática que nós temos aqui, porque o Brasil inteiro tomou conhecimento. E Não é possível que a classe política não tome. Ainda bem que a minha proposta já está tramitando aqui por muito tempo, porque senão eu teria copiado deles. E foi aprovada no Senado e vai para a Câmara para ser aprovada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodolfo Braga –** Eu só quero lhe parabenizar pelo seu projeto e dizer que quando a Senhora fez o primeiro projeto, eu votei favorável. O Governador **Ottomar de Sousa Pinto** vetou o seu projeto e nós derrubamos o veto. Então, a Senhora voltou com o mesmo projeto, e votei a favor. E agora eu voto favoravelmente para que seja derrubado o veto. Apesar de ser o vice-líder do Governo, entendo que esse projeto não vai prejudicar em nada.

A Senhora Deputada **Marília Pinto –** Na verdade eu agradeço. É fato, Vossa Excelência sempre foi favorável. O Governador **Ottomar** vetou o meu projeto. Eu usei a Tribuna e pedi que os Deputados derrubassem o veto, porque o entendimento do procurador foi equivocado e se não me engano parece que é uma infelicidade, uma praga. Não sei se é o mesmo Procurador, mas volta ele novamente a se colocar contrário ao entendimento do meu Projeto. Eu volto novamente a esta Casa, e quantas vezes forem necessárias pedindo que derrubem o veto, pela gravidade do problema. Detalhe, Deputado, na época o escândalo da pedofilia nem havia acontecido. Hoje me sinto muito mais fortalecida de pedir a derrubada do veto, para que a gente ampare as nossas crianças em Roraima. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Ivo Som –** Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Quero parabenizar a Deputada **Marília.** Quero ser solidário com o povo de Roraima, e parabenizar a Polícia Federal pelo belo trabalho que tem feito no nosso estado, mas fiquei chocado ontem, quando abri o jornal e li que algumas pessoas ligadas à Polícia Federal, falavam justamente da questão da Raposa/Serra do Sol que hoje estará sendo julgada a partir de quinze horas em Brasília. Nas colocações do Superintendente da Polícia Federal, ele diz que não poderá haver a colheita da safra do arroz. Uma coisa é questionar áreas e terras, outra coisa é não tirar o alimento da sociedade de Roraima. Acredito que o STF não vai ser leviano, incompetente, porque, acima de tudo, tem mostrado muita responsabilidade. Mesmo sabendo que pode sair a decisão hoje, temos o compromisso de saber que em Roraima a produção de arroz é bastante representativa na economia local. Nós exportamos arroz até para a Venezuela, para a Guiana e para outros estados como Amazonas, Rondônia, Pará, São Paulo e até Fortaleza. Agora, dizer que assim que for decidido que a área tem que ser contínua, imediatamente expulsar os não-índios lá de dentro, isso nós não vamos aceitar de jeito nenhum. Nós acreditamos que tem que haver um senso de responsabilidade no que diz respeito à colheita de arroz. Se não houver essa colheita o prejuízo é incalculável. O nosso estado poderá ficar desabastecido de arroz. E ao invés de vender, vamos ter que comprar mais caro, vamos ter que buscar de fora. Para nós, um Estado tão pequeno, em que o desemprego cada vez aumenta mais, não podemos cair nessa irresponsabilidade de não ter a colheita pelo menos neste ano. Peço apoio da Polícia Federal, que é um muito competente, que ajude as pessoas que lá estejam, porque eles precisam ser colocados em outro lugar e não serem tratados como bandidos. Devemos valorizar os produtores e abrir uma brecha para deixar as pessoas colherem. Que vejam as indenizações dessas pessoas que lá estão! O Governo Federal é um dos culpados por essa situação, porque sempre virou as costas para Roraima, que não seja mais leviano e que não traia o povo de Roraima. Que realmente as indenizações sejam feitas de forma justa e que o Governo Federal faça como o Governador do Estado, **Anchieta Junior,** que se propôs a ajudá-los até na locação de transportes.

Então, Senhor Presidente, nós vamos acompanhar a decisão do STF, porque faço parte da Comissão de Terras. Eu não tenho nada contra índios, mas acho que as indenizações e as alocações têm que ser feitas. Não podemos tirar um pai de família da Raposa/Serra do Sol e joga-lo como jogaram muitos pais de família como o **Edvan** lá no Truaru, sem as mínimas condições de sobrevivência, sem água e sem luz. Na época das demarcações nós visitamos todo o Estado e constamos e que os indígenas são usados e jogados.

Quanto ao seu **Joaquim,** do Lago do Caracaranã, uma propriedade que hoje é aprovada por esta Casa, como patrimônio da humanidade e o Senhor **Nagib,** representante do Governo Federal, avaliou toda aquela propriedade por vinte e poucos mil reais. É porque não era ele que morava lá há quase cinquenta anos.

É inadmissível a casa da Dona **Francisca** no Surumu, com quarto, sala e cozinha, ter sido avaliada por quatro mil reais, dinheiro esse que não se compra nem as portas da casa. Agora, é difícil pegar o que é do povo humilde e trabalhador e pensar que o povo é obrigar a aceitar.

Eu quero parabenizar a Assembléia que tem dado todo o apoio legítimo e legislativo a todas essas questões, inclusive nós fizemos uma vasta campanha sobre esse assunto, através de outdoors, televisão, porque tanto à Assembléia como a nós Deputados cabe a responsabilidade de ajudar essas pessoas. Quero parabenizar a coragem do Governador, pela entrevista dada ontem, dizendo que tem que ser feita a colheita, tem que deixar os produtores trazer suas produções, seus pertences, pois se não avaliaram, se querem tirar seus bens, que os tragam para a cidade e arrumem outro local. O Governador do Estado de Roraima irá se propor a oferecer a cada cidadão, seja arrozeiro ou colono, uma legítima situação de propriedade de terras para irem começar sua vida novamente. Como seu Pedro Gaúcho que teve que sair lá do Surumu e até hoje não pode nem voltar lá para ver seus filhos, porque é ameaçado de morte. Nós não vivemos mais em um País ditador, vivemos em um País democrático onde podemos discutir. Não tenho nada contra a Polícia Federal, mas gostaria de dizer a eles que sejam mais coerentes, que o STF deixe que haja a colheita deste ano, que ache mecanismos que permitam isso, para que não sejam prejudicados. Outro tema que gostaria de trazer, Senhor Presidente, é em relação à meia entrada dos alunos nos eventos e festas feitas em Boa Vista. Parabenizo as pessoas envolvidas nos eventos, representantes da SUERR, estudantes, que lutaram pela garantia de seus direitos. Se a meia entrada é lei, por quê não cumpri-la? É o que estou reivindicando. Então, quero ser solidário aos estudantes e dizer que contem comigo, pois a lei tem que ser cumprida. Sei que para promover um evento é necessário que se tenha muitos gastos, mas isso não nos impede de cumprir a lei. Eram essas as minhas palavras que quero deixar registradas nos anais desta Casa. Minha solidariedade aos produtores do Estado que perderam suas terras. Espero que eles encontrem espaço para continuarem sua produção dentro deste Estado, mas sei que decisão judicial não se discute, se cumpre. Então, quero parabenizar o Governador **Anchieta Júnior** por ter manifestado sua opinião a favor da colheita da produção nas áreas demarcadas, pois esse também é o meu posicionamento. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Sargento **Damosiel**) – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia: Discussão e votação em turno único da Mensagem Governamental nº 01/09, de "Veto parcial ao Projeto de Lei nº 050/08, que altera dispositivos da Lei nº 664, de 17/04/08, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Roraima e dá outras providências", e da Mensagem Governamental nº 02/09, de "Veto integral ao Projeto de Lei nº 044/08, que obriga hotéis, motéis, pousadas, pensões e estabelecimentos congêneres no Estado de Roraima a afixarem, em local visível e de grande circulação, placas informando ser proibida a hospedagem de criança ou adolescente, salvo se autorizado ou acompanhado de seus pais ou responsável, e dá outras providências".

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa emitir Parecer às referidas matérias.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) -** Dou por reaberta a presente Sessão. Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceder à leitura de Mensagem Governamental 02/09 e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – (Lida a Mensagem Governamental nº 02/09 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Em discussão a Mensagem Governamental nº 02/09.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela –** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Quero, mais uma vez me manifestar no sentido de louvar a iniciativa da Deputada **Marília Pinto,** que faz um projeto simples, mais vital, preventivo e, além disso, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e, mais ainda, até provocado pela CPI da Pedofilia, o Congresso Nacional, mais precisamente o Senado Federal, aprovou uma proposta bem similar a da Deputada Marília Pinto, que é obrigar estabelecimentos como hotéis, motéis ou congêneres a dificultar o acesso desses adolescentes nesses estabelecimentos, avisando que não será permitido hospedar, por exemplo, sem a permissão do pai. E estabeleceu, também, multa para quem desobedecer. Isso é importante, penalidades peculiares para quem desobedecer. Então, tive oportunidade de relatar, em um primeiro momento e, agora, também, o veto do Senhor Governador e a minha discussão e a minha proposta é que o Poder Legislativo do Estado derrube o Veto, mantendo o projeto da Deputada **Marília.** Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flávio Chaves** – Senhor Presidente, temos ainda dois projetos a serem votados, por isso, devido o adiantar da hora, solicito de Vossa Excelência a prorrogação desta Sessão pelo tempo necessário.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Em discussão o requerimento verbal do Deputado **Flávio Chaves.** Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica, os Senhores Deputados que aprovarem a matéria permaneçam como estão. Aprovado. A Sessão fica prorrogada pelo tempo necessária.

A Senhora Deputado **Marília Pinto** – O Deputado **Braga** muito bem colocou quando, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, na primeira vez, na época do Governador **Ottomar,** que vetou o projeto, principalmente pela questão de interpretação quanto à palavra motel, que era uma das justificativas, na época, do Doutor **Lessa.** Procurador do Estado, e eu, me sentido prejudicada, até pelo fato da importância que a matéria trazia, subi à Tribuna e expliquei o projeto, pedindo que os Deputados derrubassem o veto. Na época do Governador **Ottomar Pinto,** não tive essa felicidade. Mas, todo esse período se passou e nós tivemos aqui grandes escândalos com envolvimento de autoridades públicas, viramos notícia nacional e ainda permanecemos na mídia. isso fez reacender em mim a oportunidade de trazer, novamente, o Projeto de volta. A justificativa do Governador quanto ao Veto do Projeto, é sobre a execução das penalidades, das multas, que se supõem necessárias, mas acho que isso é uma questão bastante pequena e muito fácil de ser discutida e verificada. Acho que o projeto, a fixação das placas de advertência, chamará a atenção de toda a sociedade, para que ela participe e fiscalize. Então, gostaria de, novamente, pedir de Vossas Excelências esse entendimento e dizer inclusive que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, da legislação participativa da Câmara e do Congresso, já estão com a mesma proposta tramitando, inclusive tramitou no Senado e foi aprovada pelo Senado, onde fala que hotéis, motéis , pensões e similares que hospedarem crianças e adolescente desacompanhadas e sem a autorização dos pais poderão perder o alvará, definitivamente, de acordo com modificação do projeto aprovado no Senado. Então, já tramitou no Senado e a Câmara está analisando isso. É uma questão grave que tomou conta do Brasil inteiro. Acho que o Governo do Estado, pela questão da aplicabilidade da lei, não deixará de buscar caminhos para que, efetivamente, a lei se cumpra. Então, acho que a matéria é muito importante, somos alvo de rota de tráfico e de exploração sexual infantil e a colocação, em locais visíveis nos estabelecimentos, vai nos permitir, principalmente, na Comissão que trata da mulher e da criança, chamar os Conselhos Tutelares e chamar a atenção da sociedade para que eles cobrem dos estabelecimentos dentro dos Estados e Municípios. Essa supervisão é muito mais eficiente, no meu entendimento, do que a nossa, que estamos aqui distante de todos esses lugares. Então, gostaria de pedir em consideração a essa questão grave, que possamos usar isso como instrumento de participação da sociedade e de busca pela coibição dessa questão tão grave, que é a questão do abuso sexual das crianças. Era isso que queria pedir, que derrubemos o veto do Governo. Nada pessoal, mas contra essa temeridade que é a questão da criança no Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir o projeto, coloco-o em votação. Esclarecemos aos Senhores Deputados que a votação será secreta, de acordo com o inciso X do artigo 233 do Regimento Interno e Parágrafo 5º da Constituição Estadual. Informamos, ainda, que conforme o parágrafo 4º do artigo 66 da Constituição Federal, o Veto só poderá ser rejeitado pelo voto contrário da maioria absoluta dos membros deste Poder, ou seja, 13 votos. Votando "sim" os Senhores Deputados mantém o Veto e, votando "não", os Senhores Deputados rejeitam-no.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação secreta.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto)** procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Convido os Senhores Deputados Sargento **Damosiel** e **Rodolfo Braga** para atuarem como escrutinadores.

Dou por rejeitada a Mensagem Governamental nº 02/09, por 18 votos contrários e 01 voto favorável. Portanto, fica rejeitado o Veto governamental.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura de Mensagem Governamental 01/09 ao Projeto de Lei nº 050.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – (Lida a Mensagem Governamental nº 01/09 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Em discussão a Mensagem Governamental nº 01/09.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou tentar, brevemente, esclarecer todo o procedimento que aconteceu neste Veto. A Lei nº 664, até onde sei, Senhor Presidente, foi uma discussão, inclusive o Governador **Anchieta** quando assumiu veio à Assembléia, para construção de uma legislação que regulamentasse o transporte alternativo. Feito isso, depois da Lei publicada, depois de certo tempo, o Governador mandou para a Assembléia uma alteração na mesma Lei, ou seja, ele foi ajustar, corrigir determinadas falhas na própria Lei e a Assembléia Legislativa, através de uma emenda, fez uma alteração que não veio proposta pelo Executivo na mesma Lei º 664, no seu artigo 69, inciso XX. O que é que diz isso? Que o transporte de ônibus oportuniza quatro vagas para os idosos, as vãs duas. Nesse projeto, que é a alteração da Lei, reduz 50% do que já está estabelecido na Lei para atender as pessoas da terceira idade. Ou seja, reduzindo 50% das gratuidades já estabelecidas na Lei, como acabei de dizer. Para mostrar a coerência e responsabilidade deste Poder, eu não relatei, o relator foi o Deputado **Chicão**. Por isso, sugiro e peço aos nobres pares que mantenham o veto governamental, porque aí estará mantendo o direito já adquirido dos nossos idosos. Mantendo o veto, a gente então elimina esse artigo que foi proposto mantendo a integridade do artigo 69, no seu inciso XX. Então, queria esclarecer isso para que a gente tenha consciência de estar defendendo os interesses dos mais necessitados do Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, li meu parecer com a maior transparência. inclusive, recomendei aos nobres pares que mantivessem o Veto Governamental, até porque o Governador está demonstrando uma grande preocupação com os idosos. O que diz no artigo 69 do Projeto de Lei? Diz que serão reservados 04 lugares em ônibus, 02 lugares em microônibus e 01 lugar nas vãs. Quando entramos nessa ampla discussão aqui, juntamente com o Deputado **Chico Guerra**, fomos defensores desses direitos. Senhor Presidente, o Senhor sabe que Roraima é um dos poucos Estados que tem transportes alternativos, pois o Governador é sensibilizado pela falta de emprego no Estado, caso contrário, muitos pais de família seriam até prejudicados com essa situação. Então, o que eles queriam, através disso aqui, era criar mais um mecanismo nos táxis. Todos os municípios têm táxis como transporte alternativo, então que criassem um lugar e o que o Governador fez foi diminuir para dois lugares nos ônibus. O que ele está vetando é essa emenda que está aqui na Lei nº 664, de 17 de abril de 2008. O Governador quer que permaneçam 04 lugares para os ônibus, 02 lugares nos microônibus e 01 lugar nas vãs. Então, temos que manter o Veto do Governado em consideração e respeito à responsabilidade que ele tem em relação aos idosos do Estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Senhores Deputados, a Lei que concede esse benefício para os transportes intermunicipais foi de minha autoria, aprovado há muito tempo nesta Casa e, quando aprovamos esta Lei, à União Cascavel entrou com uma ação judicial e o Juiz de Primeira Instância negou a ação a União Cascavel que recorreu para o TJ, e o TJ de Roraima deu uma liminar para a União Cascavel, suspendendo o direito dos idosos. Nós entramos com uma ação judicial e perdemos essa ação no STJ. Então, recorremos ao Supremo Tribunal Federal e ganhamos o direito dos idosos acima de 60 anos andarem nos ônibus intermunicipais com 04 vagas em cada ônibus. Eles têm direito até duas passagens por mês, nos ônibus intermunicipais, segundo a Lei nº 163. Então, de repente, a gente se surpreende com esse tipo de emenda e essa Casa faz muita justiça nesse momento de manter o veto Governamental, porque o veto é a favor de uma lei que já existe e que beneficia inúmeras pessoas neste Estado, que vêm do interior. Essa Lei foi feita assim que eu assumi, ainda era suplente de Deputado. Fiz essa lei porque alguns idosos chegaram para mim e disseram: "Deputado, nós vamos receber nossa aposentadoria em Boa Vista, a gente vai e quando volta já estamos devendo o mês seguinte". E, em função disso, travamos uma lei que fomos até o Supremo Tribunal Federal para ganhar. Agora, não vá esta Casa, pelo amor de Deus, tirar o que a própria Casa deu. Fazemos justiça em manter o veto Governamental.

O Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Quero só encaminhar a votação e dizer a todos os Deputados que votem para manter o Veto Governamental, porquanto é um benefício que nós não podemos retirar dos idosos.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Aproveitando o encaminhamento de votação do Líder do Governo, dizer que há poucos minutos, o Deputado **Jalser** pediu encaminhamento de votação e nós dissemos que não, mas estávamos equivocados. O encaminhamento de votação pode existir até mesmo em votação secreta, o que não existe é Justificativa de Voto em votação.

Não havendo mais nenhum Deputado que deseje discutir o projeto, coloco-o em votação. Esclarecemos aos Senhores Deputados que a votação será secreta, de acordo com o inciso X da do artigo 233 do Regimento Interno e Parágrafo 5º da Constituição Estadual. Informamos, ainda, que conforme o parágrafo 4º do artigo 66 da Constituição Federal, o Veto só poderá ser rejeitado pelo voto contrário da maioria absoluta dos membros deste Poder, ou seja, 13 votos. Votando "sim" os Senhores Deputados mantém o Veto e, votando "não", os Senhores Deputados rejeitam-no.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados para votação secreta.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto)** procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Convido os Senhores Deputados **Laia** e **Socorro Simões** para atuarem como escrutinadores.

Dou por mantido a Mensagem Governamental nº 01/09, por 18 votos contrários e 01 voto favorável. Portanto, fica mantido o Veto governamental.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura da Moção de Aplauso nº 004/09, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, pelos seus 40 anos de criação.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto)** – (Lida a Moção de Aplauso nº 004/09).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Em discussão a Moção de Aplauso. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia desta Sessão, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Quero convidar os membros da Comissão de Finanças para uma reunião na próxima terça-feira, após a Sessão.

A Senhora Deputada **Lúcia Peixoto -** Senhor Presidente, queria convocar os membros da Comissão de Defesa do Consumidor para uma reunião amanhã, após a Sessão, aqui no Plenário.

O Senhor Deputado **Flávio Chaves** – Senhor Presidente, quero justificar minha ausência a manhã na Sessão, pois estarei em viagem ao interior do Estado assumindo um outro compromisso.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Senhores Deputados, amanhã também estarei ausente durante a Sessão.

Não havendo mais nenhum Deputado que deseje usar a palavra no Expediente de Explicações Pessoais, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 19, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Célio Wanderlei, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flávio Chaves, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Laia, Lúcia Peixoto, Marília Pinto Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões** e **Tião Portella.**

Aprovada Ata Sucinta em: 19/03/2009

ATA DA 1812ª SESSÃO, EM 19 DE MARÇO DE 2009.
37º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SARGENTO DAMOSIEL.
(Em exercício)

Às nove horas do dia dezenove de março de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se a milésima octingentésima décima segunda Sessão Ordinária do trigésimo sétimo período legislativo da quinta legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Sargento Damosiel**) –Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à verificação de quorum.

A Senhora Primeira Secretária **(**Marília **Pinto) –** Senhor Presidente, há quorum regimental.

O Senhor Presidente (**Sargento Damosiel**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Naldo da Loteria**) **– (**Lida a Ata).

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel) -** Em discussão a Ata.

Em votação, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 020/09, de 18/03/2009, do Gabinete do Deputado **Raul Lima**, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 17 do corrente.

Ofício nº 006/2009, de 09/03/2009, do Gabinete do Deputado **Ionilson Sampaio**, justificando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 10, 11 e 12 do corrente.

Ofício nº 013/2009, do Gabinete do Deputado **Remídio Monai**, justificando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 19, 24, 25 e 26 do corrente.

Ofício nº 003/2009, de 17/03/2009, do Gabinete do Deputado **Marcelo Cabral**, justificando sua ausência às Sessões Plenárias dos dias 17, 18 e 19 do corrente.

EXTERNO:

Ofício nº 092/2009, de 06/03/09, da Junta Comercial do Estado de Roraima, comunicando que o Senhor **Clodezir Bessa Filgueiras** assumiu o cargo de Presidente daquele órgão.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel) –** Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto)** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Raul Lima –** Senhor Presidente, o Deputado **Laia** é o responsável por me meter nessa encrenca. Há duas semanas atrás, estava muito feliz em minha cadeira e o Laia me entrega um convite para ir para São Paulo para participar de uma reunião entre o Brasil e Venezuela. De lá para cá eu não consigo sair desse problema, por conta dele. Então, qualquer coisa fica por conta de Vossa Excelência.

Vou dar continuidade a essa questão dos problemas entre os dois países. Há 10 dias apresentei para vocês o que eu achava e o meu posicionamento com relação a nós aqui em Roraima, apesar de termos uma Secretaria de Fronteira, não conseguirmos colocar uma vírgula na pauta de negociação entre os dois países. Eu recebi há uns dois dias um monte de papel do que teria sido feito entre os dois países: muito papel, muita teoria, muita reunião, muito jantar, muitas viagens, mas continuamos tendo surpresas e a gente continua sendo surpreendido por mudanças nas fronteiras e ninguém sabe de nada. A última, é que para ir para a fronteira é preciso que se saiba o número da sua placa, porque, se você for no dia errado, não vai poder abastecer o seu carro. Essa é a última presepada na fronteira, ninguém sabia de nada e todo mundo foi surpreendido com isso. Podem querer falar de que a gente coloca, mas não colocamos, estamos vivendo uma política do outdoor e de quem aparece mais, estão querendo se aparecer. As pautas são decididas em São Paulo, em Brasília e nós não colocamos uma vírgula na pauta. Por que falo isso? Fui a São Paulo, dois times, ninguém mais sai de costas, só de frente querendo brigar, os venezuelanos de um lado, os brasileiros do outro. Eu falo os dois idiomas e conheço a linguagem corporal de um venezuelano, eu sei o que ele está sentindo na hora que ele está falando. Sinto quando ele está sendo respeitoso ou não comigo. Quando eu estava na reunião, estava vendo os brasileiros e os venezuelanos e estava lá o chefe da outra delegação, e tinha uma mulher do lado dele, apitando tudo para ele, porque ele não sabia de nada e pela forma como foi conduzida a reunião parece que não há interesse de se resolver os problemas e nós queremos passar uma imagem de que nós estamos fazendo alguma coisa, mas não estamos. Porque que falo isso? A Secretaria de Fronteira de Roraima tem dois funcionários. Se fala de ALC, ZPE, MERCOSUL, mas não temos gente par cuidar do assunto da forma como deveria ser. Outra situação, tem um monte de gente aqui na platéia e elas se perguntam o seguinte: "Se nós estamos numa área de livre comércio e está todo mundo recebendo benefício fiscal, por que eu continuo pagando a mesma coisa? Por que não houve desconto?" Porque a nossa área de livre comércio está sendo levada como se fosse uma grande piada. Os empresários roraimenses que queiram comprar em São Paulo hoje, se não pagarem seus impostos de forma completa, sem isenção fiscal, as fábricas de São Paulo não mandam mercadoria para cá. Então, nós continuamos pagando imposto do mesmo jeito e está sendo levado na barriga, como aquele trio da alegria, que se fala que é uma área de livre comércio, mas de fato aqui não aconteceu nada, e o cidadão roraimense continua pagando tudo igual.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Essa explanação que Vossa Excelência está fazendo traz uma extrema preocupação inclusive para a Assembléia Legislativa, porque nós aprovamos aqui há três meses as leis que o Governo Estadual mandou. A Secretaria da Fazenda mandou, inclusive para fazermos as adequações na legislação estadual para que as empresas roraimenses pudessem ter os benefícios da área de livre comércio. Então, é preciso que a Assembléia Legislativa saiba disso e Vossa Excelência tem razão, pois é um empresário, sabe o que está falando e a gente precisa ver o que não está se cumprindo. Alguma coisa está errada. Não quero acreditar que esse Governo é um governo só de espuma. Agora, com as preocupações que Vossa Excelência está trazendo para esta Casa, hoje, acredito que é preciso que a gente vá atrás do problema, porque a sociedade e esta Casa precisam dessas respostas. Eu não acredito que a gente está aqui aprovando alterações na legislação, alterando a base de cálculo de imposto, como nós votamos aqui nesta Casa, não está servindo para nada.

O Senhor Deputado **Raul Lima** continua. – Vou mais fundo, Deputado, eu quero que vocês entendam uma coisa bem clara. Existe uma grande diferença entre a teoria e a prática. Na teoria nós temos a área de livre comércio; na prática, os fiscais da Secretaria da Fazenda em Jundiá, quando o empresário compra mercadoria em Manaus ou São Paulo, já mandam bala e mandam fazer o DARE. A mercadoria fica apreendida e a burocracia é tão grande na Secretaria da Fazenda que é mais barato pagar o DARE do que você retirar a mercadoria sem pagar o imposto. Então, os primeiros a descumprir com a questão do benefício fiscal, são os fiscais da Secretaria de Fazenda em Jundiá.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Quero parabenizar Vossa Excelência e lhe dar o testemunho vivo. Quando estive em Bonfim na segunda-feira, pude comprovar que Vossa Excelência está falando puramente a verdade. Estive na barreira do Bonfim; uma senhora comprou um guarda-roupa**,** pegou a nota da Casa Lira e teve apreendido o seu veículo. Estive com o Doutor **Leocádio** e o meu Advogado, Doutor **Gerson.** Fomos até lá, mostrei para o fiscal **José Roberto**, o mesmo que fica no Jundiá e ele disse " Não tenho culpa, Deputado, tem que se pagar o imposto e só é liberado se for lá pagar". Foi justamente o que o Senhor

acabou de dizer. E aqui, como membro da comissão, solicito ao Presidente **Laia** que a gente possa convocar uma audiência pública para se discutir isso nesta Casa. Para que veio a área de livre comércio, a ZPE e que fundamentalmente é necessário para redução dos impostos, para chegar ao ponto final, que é a sociedade e o consumidor? Obrigado.

O Senhor Deputado **Raul Lima** continua. – Bom Deputado **Ivo,** estou aproveitando esse gancho, vou ter muitos problemas mas não importa. Basicamente funciona assim: As empresas de São Paulo estão recolhendo antecipadamente os impostos e depois eles mandam o DARE para você, que é pago todo dia 20/25. Então, o imposto já foi retido na fonte e empresário já pagou imposto antecipado e você consumidor não vai ter diferença nenhuma na hora de comprar a mercadoria. Então, fizeram tudo e esqueceram de falar para as empresas de São Paulo que nós tínhamos feito; é isso o que está acontecendo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria em, primeiro lugar, parabenizar o pronunciamento de Vossa Excelência. Além da sinceridade, a coragem! Eu acho isso importante. Dois fatores, temos aqui uma Comissão de Relações Fronteiriças. Que essa Comissão convoque o Secretário **Sérgio Pillon,** para que a gente saia realmente do discurso e comece, de fato e de direito, a acontecer alguma coisa dessa relação, porque é verdade, a gente viu muitos encontros, muitos jantares, muita despesa nesse intercâmbio permanente e o resultado, como estar colocando Vossa Excelência, me parece muito tímido. Se está se gastando dinheiro público para se realizar esses eventos, espera-se, claro com um certo tempo, que os resultados concretos comecem a aparecer. Então, fica a sugestão para que se convoque o Secretário **Sérgio Pillon.** Inclusive, há poucos meses aprovamos aqui a prorrogação dessa secretaria, pois é uma Secretaria Extraordinária. Então, para mostrar que, além da nomeação do Governador, essa Secretaria também depende da nossa autorização para o seu funcionamento.

Outro fato que nos preocupa, diria que muito mais, porque ela toca cada um de nós membros da sociedade roraimense que é essa questão da área de livre comércio. Nós aqui aprovamos algumas reduções de impostos, essas reduções também estão consignadas na esfera federal de PIS, CONFINS e eu acho que a sociedade tem reclamado, porque não sente lá na ponta, quando vai ao supermercado, quando vai comprar um pneu e não ver essa redução. O depoimento que Vossa Excelência traz é contundente, porque Vossa Excelência vivencia isso no dia-a-dia como empresário. Não é um depoimento qualquer de ouvi dizer, é um depoimento do sentir, do vivenciar o problema. Acho que nós carecemos também de buscar esclarecimentos junto à Secretaria de Fazenda para que a gente tenha essa coisa clara de uma vez por toda e que os nossos empresários forneçam a nossa legislação para as empresas de São Paulo quando for fazer o relacionamento comercial para que a empresa perceba que tem que descontar isso, que ela não está fazendo favor. Esse tributo foi aprovado na esfera federal e estadual para beneficiar o conjunto da sociedade roraimense. Então, fica aqui também sugestão para que a gente possa discutir internamente na comissão, ou mesmo visitar a Secretaria de Fazenda para que tenhamos um esclarecimento de uma vez por toda dessa situação. Obrigado.

O Senhor Deputado **Raul Lima** continua. – Deputado, nós temos uma representação em São Paulo que poderia fazer muito bem isso, e já que o Senhor falou que eu tenho algum conhecimento do que está acontecendo em Roraima, queria alertar Vossas Excelências no sentido de que, para que nós empresários, não estou falando de **Raul Lima**, tenhamos o direito de usufruir do benefício fiscal, precisamos internar a nota fiscal. Portanto, cada empresário roraimense, para usufruir desse benefício, precisa pagar 1% do valor da nota, para que ele possa ter 9,6% de isenção do Pis e CONFINS, só que nós estamos pagando esse 1% adicional e não estamos tendo o benéfico fiscal do PIS e CONFINS. É por isso que vocês não estão tendo benefício nenhum por conta da Área de Livre e comércio.

Agora, vamos pensar na possibilidade de nós chamarmos mais um Secretário aqui, será que isso vai resolver as coisas? Quando você quer enrolar alguém, você entrega um monte de papel para ele e manda que ele leia, é isso que você faz, porque sabe que ele não vai ler esse monte de papel. Então, mande um monte de papel para cada Deputado, aí ele olha a primeira página: "pelo amor de deus não vou ler".

Então, nós temos um monte de papel aqui de tudo que o Governo de Roraima e o Governo da Venezuela fizeram em relação a Área de Livre Comércio, MERCOSUL, aquela presepada toda. Então, se fala que a gente conseguiu um monte de coisa, mas, na verdade, o Ministro com o qual eu tive o prazer de estar com ele na semana passada, também com a Doutora **Carla,** que é a chefe de gabinete do Ministro, me mandaram um convite para eu ir até Caracas, e a prova de tudo isso está aqui no convite. Ele me coloca a pauta toda, que já está definida. Se por ventura nessa pauta tiver alguma coisa que ajude ou não a fronteira, é uma questão de sorte e dentro dessa pauta ele me coloca um terceiro parágrafo: "transmite a seguir a sugestão brasileira de agenda temática para o encontro, para qual solicito de Vossa Senhoria eventuais comentários". A pauta já está pronta, não colocamos nada na pauta, quem falar isso está mentindo, é muito claro. Vejam bem onde meus amigos e amigas, foi a última reunião de fronteira entre o Brasil e a Venezuela, onde foi? Eu dou uma moto CG 125 FAN para quem souber. Foi em Margarita! E o que nós fomos fazer lá? Discutir? Falar? Ou fazer turismo?

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Laia –** Eu acho que nós já demos um grande passo. Eu fui vice-Presidente da Comissão de Fronteira por dois anos, e, durante este tempo, nunca recebemos nenhum convite. Já recebemos o primeiro, então, saímos do anonimato, somos alguém. Já recebi em meu gabinete o Secretário **Sérgio Pilon.** Havia uma comissão que os seus membros trabalhavam sozinhos, eu e o **Ivo;** hoje já somos até convidados para participar de eventos. Daqui mais uns tempos podemos fazer parte de verdade e sermos respeitados. Por isso temos que continuar. Coloco-me à disposição da Assembléia para atuar em qualquer trabalho.

O Senhor Deputado **Raul Lima** - O **Sérgio** está sozinho, tem uma Secretaria de Fronteira que tem 2 funcionários, ele e a secretária, não tem sequer um carro para andar. É por isso que todo documento que o Governador assinar junto com o Governador de Bolivar, vai dá errado, porque nenhum dos dois tem embasamento legal para assinar nada, não podemos fazer isso, nós tiamos uma ilusão. A gente estava trazendo policiais da Venezuela para serem treinados no Brasil, hospedando-os no Aipana. Outro caso, a ambulância de Santa Helena traz o doente para ser tratado em Boa Vista, e nós temos que abastecer a ambulância venezuelana para voltar. A minha mãe é de lá, mas eu não concordo com isso. Nós estamos destinando vagas nas universidades para os venezuelanos virem estudar aqui, e não vale a pena estudar lá porque o Brasil não é signatário do Convênio "**Andrés Belho"** e os certificados emitidos na Venezuela não tem validade no Brasil. Eu mesmo estudei na Venezuela o ensino médio, e quando fui para a Universidade tive que ir para os Estados Unidos porque o meu diploma de 2º grau não tinha validade no Brasil. Então, eu estou com 42 anos, e isso ocorreu quando eu tinha 16 anos, e até hoje funciona desta forma.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalsen Renier** - Deputado **Raul,** eu tenho uma Secretária, formada em Direito na Venezuela, e ela veio para o Brasil, e naquela ocasião o diploma dela não foi reconhecido aqui. Ela foi até Brasília fez um pedido à UNB e foi reconhecido, ou seja, ela teve o reconhecimento do Certificado dela. Talvez tenha sido uma exceção pela persistência dela. Eu gostaria de perguntar como Você ver o trabalho do Secretário **Sérgio Pilon,** já que Vossa Excelência fez a comparação desse imposto de São Paulo. Se for realmente aprovado esta Área de Livre Comércio. Diante do que Vossa Excelência fala, eu pergunto, para que está servindo esta Área de Livre Comércio em Roraima? E o que o comercio está extraindo de fato e de direito?

O Senhor Deputado **Raul Lima** - Eu tenho certeza que tanto os Deputados como a platéia estão chateados, porque há aproximadamente 60 dias os empresários roraimenses estão ganhando muito dinheiro, recebendo benefício fiscal, estão embolsando tudo e não estão repassando o benefício. Primeiramente, eu quero falar para vocês que os empresário são inocentes, continuam pagando muitos impostos, e, como a arrecadação do Estado caiu muito, a fiscalização estadual apertou para arrancar o couro dos empresários. Então a Área de Livre Comércio, de fato, até o momento não diz para o que veio.

Agora, o meu ponto de vista com relação ao **Sergio.** Se a gente desse um melhor apoio a ele, se essa Secretaria de fato trabalhasse! Vou dá um exemplo. O Presidente da Agência Nacional de Trânsito terrestre em São Paulo, ele não tem por que vir a Roraima, porque é muito ocupado. Mas o assessor dele para assuntos entre o Brasil e a Venezuela ou Brasil e a Guiana é um sujeito só, e nunca veio aqui. Aquilo é um cargo federal. Era para um Deputado Federal do nosso Estado procurar segurar esses cargos para colocarmos os assuntos em pauta, porque os assuntos são decididos lá em cima. Então, o **Sérgio** precisa de muita ajuda, são muitos jantares, todos assinam os documentos, mas no dia-dia não ajudam os empresários roraimenses para que possam usufruir do benefício fiscal.

O que eu quero falar para vocês é que semana que vem, por conta do **Laia,** estou indo a Caracas me encontrar com o Diretor do SENIAT, que é o Diretor da Receita Federal Venezuelana, porque eu falei para eles que a Receita Federal não pode carimbar um passaporte brasileiro, da mesma forma que o SENIAT não pode carimbar um passaporte brasileiro. E a primeira coisa que eles colocam é um carimbo do tamanho de um sapato, do tamanho de uma folha. Quem foi lá sabe disso, e o Cidadão em Caracas queria uma prova disso, então a pessoa que me pede uma prova disso, ele nunca foi na fronteira, nunca entrou com carro na Venezuela, e não sabe de nada, então existem absurdos nesse processo. Eu vou me encontrar com o Diretor do SENIAT, vou levar o meu Passaporte com o referido carimbo, vou mostrar para ele que quem pega um ônibus em Santa Helena para Pacaraima, a taxa do ônibus é 20 bolívares, mas os impostos são 45 bolívares. Ele também quer uma prova disso. Eu falei para o **Perônico:** paga as taxa e pega os boletos para mostrar para ele. Vamos levar o regimento interno, e a lei de aduana venezuelana, para mostrar o que eles estão fazendo. Porque o Mercosul é o seguinte: tu não fazes para mim, o que tu não queres que eu faça para você.

Aparte concedido ao Senhor **Laia -** Tem que relatar para eles um fato que ocorreu há dias. Há 15 dias adoeceu um venezuelano, veio para Boa Vista se tratar e veio a óbito. A funerária, paga pelo nosso Estado, foi levar o corpo até a divisa. Chegando lá houve um impasse, os brasileiros não deixavam passar o corpo porque não estava documentado, e os venezuelanos não deixavam passar com o defunto. Então, foram parar na Delegacia. Então fizeram um acordo de levarem o caixão na mão até a viatura que ficou do lado venezuelano.

O Senhor Deputado **Raul Lima -** Semana que vem eu vou até Caracas e vou falar com o Ministro de Turismo, e, a pedido do Presidente da Assembléia, vou apresentar essa situação. Foi construído um prédio na Venezuela para melhorar o atendimento, mas há 20 anos o processo administrativo para o brasileiro entrar na Venezuela não mudou nada, muito pelo contrário, complicou mais um pouco. Então vou até o Ministro de Turismo e o Diretor do SENIAT e o Embaixador do Brasil na Venezuela, vou falar com eles. Vocês sabem que nós não conseguimos colocar nada na pauta, mas eu consigo passar para outro lado da rua e falar com eles em espanhol e dizer que está errada a forma que está ocorrendo na nossa fronteira. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel) –** Quero parabenizar o Deputado pelo seu pronunciamento, e falar da importância do conteúdo.

O Senhor Deputado **Ivo Som -** Quero parabenizar o Deputado **Raul Lima** pelo Pronunciamento e me coloco à disposição para o que precisar.

Bom dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora, pares desta Casa Legislativa, amigos aqui presentes. Vou solicitar uma audiência pública para discutir esses assuntos nesta Casa. Seria interessante que a sociedade pudesse participar das discussões. Uso a Tribuna para parabenizar o Ministro **Marcos Aurélio,** que no dia de ontem deu um shou nas suas colocações quando relatou o seu voto. Inclusive disse que não lembrava de ter passado em Roraima. Assim ele disse, se veio a Roraima não lembrava, mas citou Pacaraima com suas fronteiras, citou Normandia, Uiramutã, lideranças indígenas, inclusive chegou a pedi aos seus colegas. No embate citou a nossa amiga **Marília,** do posicionamento do **Ayres Brito.** Porque aqueles que pensam que entre os Poderes Executivo, Legislativo e o Judiciário não há divergência de pensamento estão enganado, nada de cunho pessoal. Achei interessante quando ele se dirigiu ao **Ayres Brito,** dizendo que ele usasse de sua consciência, e pediu que anulassem todos os votos, inclusive do Relator, e disse: "Vamos olhar com mais clareza a situação de Roraima". Ele mostrou que estava falando firme para o Brasil, Roraima e para o mundo, nessa situação desse patriota brasileiro. Não tenho nada contra A ou B, índios, não índios, brancos e não brancos. Fui bem recebido em todas as comunidades indígenas. Dessa forma, o Ministro foi verdadeiro quando disse que não ouvimos as 17 etnias de Roraima, sequer três. O CIR só levou as imagens dos arrozeiros jogando bomba, mas não mostraram o que realmente tinha acontecido lá, quando da invasão das propriedades particulares, da forma que invadiram com terçados, fogo, foice e pediu para os Ministros assistirem o outro DVD e analisar. E pediu que a posição do Presidente fosse unilateral, e citou todas as indenizações não pagas de São Marcos. Vimos nos jornais de hoje que haverá um grande churrasco nas comunidades indígenas, e hoje já estive na Secretaria do Índio, com **Jonas Marlolino,** e eles me informaram que de lá não vão sair e inclusive amanhã vai haver uma Assembléia com todas as lideranças indígenas.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Socorro Simões**. Eu vi o Senhor indo à Tribuna com o jornal, e pensei que fosse falar de uma matéria que envergonha. Foi assim que me senti no dia de hoje, e ao mesmo tempo um pouco feliz onde fala dos dezoito votos favoráveis que derrubou o Veto do Governador em relação ao Projeto de Lei da Deputada **Marília Pinto.** Independente de quem quer que seja, uma situação que o Brasil todo clama, que se mobiliza por justiça, por cuidados com as nossas crianças. Acredito que o nosso Governador, homem responsável, justo, pai de família, não teve nem conhecimento desse projeto. Gostaria que a equipe dele, que trabalha tanto em derrubar os enviados por esta Casa, que parasse um pouco para pensar, porque há crianças que estão sendo abusadas dentro de creche, porta de colégio, motéis. É importante ter uma pessoa como a **Marília Pinto,** juntamente com Assembléia Legislativa. O Governo deve ter o cuidado de rever isso, zelar pelo nosso Estado, pelas nossas crianças, filhos, mas uma equipe tão especializada, paga e que ganha tão bem para ajudar ser contra um projeto desse porte! Então, quando o senhor subiu com o jornal eu pensei que fosse tratar disso, embora a questão da terra seja muito importante. Mas gostaria que a Casa revisse essa situação e tomasse uma posição. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua. Agradeço o aparte da nobre Deputada e peço que seja inserido em meu pronunciamento. Pode contar com este Parlamentar! Não seria justo a Casa aprovar os Projetos que tanto engrandecem a segurança e valorizam a sociedade e depois, não sei por que técnicos, assessorias pagas com o dinheiro do povo, vetam os Projetos.

Senhor Presidente, quero salientar que não é só meia dúzia de arrozeiros, produtores que estão em jogo, seja de feijão, farinha, e sim, como disse o Ministro **Marcos Aurélio,** de fato e direito, porque é um Estado da Federação Brasileira e, principalmente, fazendo fronteira com dois países: Venezuela e Guiana, temos que nos precaver das ONGs infiltradas usando as próprias comunidades indígenas para tomar nosso país e ninguém diz nada. Ongs com tecnologia de primeiro mundo com computadores, satélite na nossa fronteira, dentro do Estado de Roraima! É preciso dizer que Roraima é nosso, não das ONGs, Estados Unidos. Peço que em breve esse Presidente que assumiu seja mais humano.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Marília Pinto** – Gostaria de me solidarizar pela perplexidade que fiquei de ver e a esperança de ver gente que tem bom senso mesmo sem conhecer o Estado. Não poderia deixar de reconhecer na figura do Ministro Marcos Aurélio a responsabilidade com Roraima. Mas, parece que a gente tem que observar coisas pequeninas que são exemplos que temos que tirar. Em pouco tempo que acompanhei o julgamento, ouvir alguns comentários sobre a ausência da Bancada Federal no Supremo Tribunal Federal. Gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência: se o Senhor teve a oportunidade de observar na plateia, quais Deputados e Senadores de Roraima marcaram presença naquele momento histórico e necessário para nosso Estado. Porque me recordo que no primeiro julgamento saímos daqui, fomos até lá, vários Deputados Estaduais, e assistimos. Então, gostaria de saber quais estavam presentes acompanhando, palavra por palavra, porque isso é importante. É preciso que o povo saiba quem de fato defende ou se interessa pelo Estado, e, como bem disse o Deputado **Raul,** enchem o Estado de Outdoors com mas estão distantes do dia-a-dia do povo do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua. Posso dizer a Vossa Excelência que eu não vi nem um.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Marília Pinto -** Acho que Assembléia Legislativa deveria solicitar e dar conhecimento público de quem esteve lá, seja qual for o resultado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** continua. Concordo com Vossa Excelência. A sociedade tem que tomar conhecimento e saber a posição dos Deputados Federais. Ontem a senhora falou, com muita propriedade, parabenizando o voto do eminente Ministro Marcos Aurélio e dizer, com certeza se ele não é roraimense, é brasileiro e o povo vai está feliz com sua decisão e deixou para os outros colegas que fosse lido após o término da Sessão. Eu quero parabenizar o grande Ministro, embora a decisão com certeza, é irreversível, mas que verdadeiramente não possamos deixar de sonhar e de viver cada novo dia com novas esperanças num estado tão pequeno, mas que um dia possa representar novas esperanças. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel) –** Senhores Deputados, encontra-se sobre a Mesa vários Requerimentos. Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura de Requerimento nº 003/09, de autoria do Senhor Deputado **Chicão da Silveira**, requerendo convocar o Secretário de Estado da Educação, Cultura e Desportos, Senhor **Luciano Moreira**, para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, fazer uma explanação sobre as atividades daquele Órgão.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto) –** (Lido Requerimento nº003/09).

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel) –** Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Requerimento nº 004/09, de autoria do Senhor Deputado **Rodolfo Braga,** requerendo convocar os Senhores **Leocádio Vasconcelos**, Secretário de Estado da Fazenda, e **Sérgio Pillon Guerra**, Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais, para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, fazerem explanação sobre as atividades daqueles Órgãos.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto) –** (Lido Requerimento nº004/09).

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel) -** Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura do Requerimento nº 005/09, de autoria do Senhor Deputado **Ivo Som**, requerendo convocar o Senhor **Haroldo Eurico Amora dos Santos**, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, fazer uma explanação sobre as atividades daquela pasta.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto) –** (Lido Requerimento nº 005/09).

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel) -** Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à leitura do Requerimento nº 006/09, de autoria do Senhor Deputado **Ivo Som,**

requerendo convidar os Senhores **Derval Furtado**, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Roraima – ACIRR, e **Almecir de Freitas Câmara**, Superintendente do Serviço Social da Indústria – SESI, para, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, fazerem explanação sobre as atividades daqueles Órgãos.

A Senhora Primeira Secretária **(Marília Pinto) –** (Lido Requerimento nº 006/09).

O Senhor Presidente **(Sargento Damosiel)** - Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira –** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero registrar os meus agradecimentos a todos os meus pares pela aprovação do Requerimento que convoca o Secretário de Educação, Doutor **Luciano Moreira,** para uma ampla explanação, principalmente voltada aos esclarecimentos da gestão dos recursos do FUNDEF. Fico aqui agradecido aos meus pares por essa aprovação e quero também, aqui, fazer o registro das minhas condolências aos familiares do empresário **Said Salomão,** homem que durante a sua vida deu uma parcela de contribuição muito grande ao crescimento e desenvolvimento deste Estado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** - Eu gostaria de informar aos membros da Comissão de Saúde que hoje haverá uma explanação por parte do Secretário Estadual de Saúde, Dr. **Samir Haten,** no Conselho de Medicina. Nós recebemos o convite, que veio para a Assembléia Legislativa, e aqueles que quiserem participar. Será falado a respeito da nova dinâmica, nova metodologia que será dada nas ações de saúde do Estado. A reunião acontecerá hoje. A partir das 17:00 h será a abertura do Conselho Estadual de Medicina e amanhã o dia estarão abordando todos os temas SUS, atenção básica, média e baixa complexidade, integração com todos os municípios e nós esperamos que a partir daí seja dada uma forma melhor de atenção à sociedade. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som –** Primeiramente, gostaria de dar as minhas condolências à família do empresário **Said Salomão.** Que Deus o tenha! Também gostaria de parabenizar o Secretário **Luciano Moreira** que, em breve, estará nesta Casa, para explicar a situação do FUNDEB e dos professores, de uma forma em geral.

A Senhora Deputada **Socorro Simões –** Senhor Presidente, março é um mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, mas o dia da mulher são todos os dias. Queria lembrar que no dia 23 de junho de 2008 fiz uma Indicação ao Governo do Estado solicitando à criação da Secretaria de Estado de Políticas Públicas para as mulheres. Então, está sendo cobrado pela população e até hoje não vimos esse resultado. Não adianta o Governo, através da Secretaria de Promoção Humana, oferecer jantares, coquetéis, dia de princesa, se realmente o que tem que ser feito com a criação dessa Secretaria, para cuidar de nossas mulheres, não ocorre. Então, gostaria de pedir a esta Casa para que juntos fizéssemos valer esse direito.

A Senhora Deputada **Lúcia Peixoto –** Senhor Presidente, gostaria de convidar os membros da Comissão de Direitos do Consumidor para uma reunião após a Sessão.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela –** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero aproveitar a oportunidade para me solidarizar com a família **Said Salomão,** que foi pioneiro do comércio de Roraima. Nenhum de nós tem dúvida da grande contribuição que ele deu para o engrandecimento da nossa economia. Nenhum de nós tem dúvida dos milhares e milhares de empregos que o senhor **Said** gerou e também sabemos o quanto ele investiu e acreditou neste Estado. Portanto, realmente é uma grande perda. Mas, a vida é assim, é cíclica todos nós nascemos, reproduzimos, morremos e chegou a vez dele. Que Deus o tenha.

O Senhor Deputado **Raul Lima –** Senhores Deputados, eu sou Deputado há seis anos e nunca neguei uma assinatura para ninguém. Hoje eu fiz questão de não assinar esses Requerimentos, porque acontece o seguinte: eu queria deixar bem claro, que não participei do convite dessas pessoas, porque eu tenho muita coisa para falar com eles. E já que eles estão vindo, eu queria explicar para vocês que cada uma dessas pessoas vai ter que explicar coisas que não dá para explicar aqui dentro. Eu não assinei foi por conta disso. Eu queria muito assinar o seu requerimento **Ivo,** mas essas pessoas devem muitas explicações para a gente aqui. Historicamente, eles vêm aqui, acaba a briga. Parece que a melhor coisa para se fazer é vir aqui, passar os slides e mostrar uma imagem belíssima para a sociedade. Até quando nós vamos trazer esses caras para cá e vão contar uma história de brincadeira e continua a mesma coisa.

A Senhora Deputada **Marília Pinto –** Senhor Presidente, nesse momento difícil, a Assembléia deve reconhecer, como instituição, a grande contribuição que o Senhor **Said** deu à Roraima. Mas, além disso, gostaria de dizer que a Assembleia começa a chamar algumas responsabilidades que são fundamentais. A gente tem que sem muitos rodeios, cumprir o nosso papel como representante do povo. Nós não temos obrigação de resolver problemas, porque não somos o Poder Executivo, é preciso que o povo tome conhecimento disso, mas só há uma maneira de mostrar qual o nosso verdadeiro papel, sermos defensores das questões, não de atacar A, B, C, ou D, mas de buscarmos as explicações que o povo precisa ter. É comum as pessoas virem mostrar o histórico de ações, mesmo que não seja eficiente, números e números, mesmo que não exista nenhuma conexão dos números com a vida que as pessoas estão levando, mas acho que poderíamos aproveitar a idéia do Deputado **Ivo** e começar a fazer audiência pública, que é a única maneira que temos de ouvir as autoridades e ouvir os representantes do povo. Acho que a idéia é pertinente, porque ainda que não se diga o que a gente espera, é o caminho que temos para buscar explicações e cobrar. Eu ainda penso que as audiências públicas são a forma mais verdadeira da Assembleia Legislativa mostrar a sua participação dando oportunidade da população falar, colocar suas experiências de vida. Ai dessa forma, acho que nossos resultados ficam bem melhores, principalmente na questão da Área de Livre Comércio, onde criou-se uma expectativa muito grande na população. Talvez as ações ainda estejam sendo construídas, e é possível que haja um caminho a ser percorrido. Quando do decreto autorizativo criou-se na população uma expectativa de que amanhã ou num tempo muito breve veríamos os resultados, contudo essa é parte mais cruel da política, parte da política enganadora, que movimenta e faz o povo massa de manobra e cria expectativa ilusória, não que não aconteça, mas o caminho a ser percorrido é omitido. Então, como sugestão, vamos criar audiências públicas, para que a gente possa ouvir as autoridades, agentes políticos e principalmente o povo para os quais a política é destinada.

O Senhor Deputado **Laia –** O Deputado **Raul** se referiu que nós vamos ter essa audiência com todos eles e, se for preciso, marcaremos uma reunião no Plenarinho. Acho que é uma oportunidade de ouvirmos e gostaria que fosse marcada numa data que o Deputado **Raul** pudesse participar. Obrigado

O Senhor Presidente (**Damosiel**) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 24, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Célio Wanderlei, Chicão da Silveira, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Laia, Lúcia Peixoto, Marília Pinto Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Raul Lima, Rodolfo Braga, Ronaldo Trajano, Sargento Damosiel, Socorro Simões e Tião Portella.**

Aprovada Ata Sucinta em: 24/03/2009

ATA DA 1813ª SESSÃO, EM 24 DE MARÇO DE 2009.
37º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MECIAS DE JESUS.

Às nove horas do dia vinte e quatro de março de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se a milésima octingentésima décima terceira Sessão Ordinária do trigésimo sétimo Período Legislativo da quinta Legislatura da Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à verificação de quorum.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra)** - Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remido Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Em discussão a Ata.

Em votação, os Deputados que forem favoráveis permaneça como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – Senhor Presidente, não há Expediente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Ivo Som –** Bom-dia, Senhor Presidente, nobres pares desta Casa, Senhoras e Senhores, sejam bem-vindos à casa do povo, e em nome do Senhor, quero dar boas vindas a todos. Quero iniciar meu pronunciamento registrando a presença da Secretária da FEMACT, **Luciana Surita.** Senhoras e Senhores, semana passada, estiveram reunidos com o Presidente da Associação dos Táxis-Lotação, com o Governador e demais membros da diretoria, no sábado, onde relataram a preocupação com a segurança na capital Boa Vista. Hoje, inclusive, matéria em vários jornais

sobre essa questão. Segundo o presidente daquela entidade, toda semana um taxista é vitimado, seja ele lotação ou convencional. Por isso, quero deixar registrado que os motoristas de táxis-lotação se sentem cada vez mais afrontados, mais ameaçados. Na semana passada, um jovem quase foi esfaqueado, e na terça-feira, outro motorista foi perseguido, enfim, são coisas que nos preocupam, pois temos responsabilidade com essa classe. Convidamos o Presidente e demais membros daquela cooperativa que tanto gera emprego, para irmos até a Polícia Militar e às autoridades competentes, para que encontremos uma solução relativa à segurança dessas pessoas que trabalham diuturnamente para criar suas famílias, mas precisam de mais segurança, que é um dever do Estado. Outro assunto, Senhor Presidente, é que no sábado, também, estive reunido com algumas lideranças da SODIUR que estão preocupados com a demarcação da Raposa/Serra do Sol. Fomos até Água Fria, visitamos a Pedra Pintada I e II, fomos até o entroncamento, a Placa, o Mutum, Normandia, Uiramutã, justamente para propormos palavras de união, pois a única solução que nos resta é a união para com esse povo indígena, nada tenho contra os indígenas, pois todos somos parte dessa terra. Parabenizo espírito de união do Senador **Romero Jucá** e do Governador **Anchieta Júnior,** até apresentei Moção de Aplauso a essas duas autoridades, por entender que, nessa união, o Estado de Roraima só tem a ganhar. Em Água Fria, falei para mais de 20 lideranças e todas quase de comunidades indígenas, que a união prevalecerá, até porque a primeira reivindicação deles seria a autorização pela FUNAI para que eles pudessem tirar piçarra e aterro para fazer tubulação em trecho, com um pouco mais de quatro metros, pois não estavam mais tendo acesso à Água Fria. Fiquei preocupado, mas entendo que a união vai fazer a diferença, brancos e não brancos, índios e não índios, queremos todos, acima de tudo, nos unirmos para juntos vencermos e vermos nossa sociedade mais tranqüila, seja mediante a Prefeitura, Governo, Senado, Deputados, mas que possamos viver uma nova era de união, para que, com isso, os empresários, a sociedade, a comunidade e nós, na obrigação de parlamentares, em defendermos a sociedade para que melhor desenvolva. A questão da Raposa/Serra do Sol não se trata apenas de 06 arrozeiros, são mais de centenas de pequenos produtores e de milhares de empregos. Essas pessoas, a partir do momento em que perderem seus empregos, vão migrar para a capital e tudo vai se tornar um caos. A nossa preocupação é buscarmos solução junto ao Governo Federal, Governo Estadual e Municipal, vamos nos unir, pois só podemos vencer através da união, pois quem ganhará com isso é o povo , a sociedade e, com certeza, haverá mais tranqüilidade e um futuro melhor.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela –** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Nós, em alguns momentos nesta Casa, já discutimos e debatemos a famosa operação Destoca. Quero ratificar, mais uma vez, que a operação Destoca, filosoficamente falando, é um projeto lindo, porque ela vai à agricultura familiar e à área de capoeira do cidadão que vai ser destocada, trabalhada, arada e adubada e, com isso, a condição de produtividade dele aumenta, se for feito tudo isso. Infelizmente, visitamos as localidades e encontramos a coisa diferente. Ano passado tive a oportunidade de visitar várias dessas localidades. Ano passado também fiz foto e imagens, e tenho até depoimentos de pessoas. E sobre isso um dia, até falei para a Deputada **Aurelina Medeiros** que é uma pessoa voltada para o campo e, também, líder do Governo: me leve a um local onde a Operação Destoca dê um resultado satisfatório. Porque eu nunca fui a um local, ano passado, onde a Operação Destoca atingisse o objetivo maior, que é fazer com que o agricultor produza mais, tenha mais fartura em sua mesa, mas também vai comercializar o sobrante. A Operação Destoca nos oportuniza transferir para a geração futura o patrimônio ambiental que temos hoje, porque nós vamos evitar a derrubada, a queimada, a poluição, a emissão de gás carbônico. Mas, volto a repetir, infelizmente, isso não é o que está acontecendo. Ontem, aqui, na sabatina da Doutora **Luciana,** nós tivemos a oportunidade de conversar isso com ela, e a gente nota que o espírito dela é exatamente de preservar e de desenvolver. Desenvolver com preservação ambiental. Esse é o desafio, o fio da navalha que vamos, com certeza, navegar. E, feliz de nós que estamos vivendo este momento especial no Estado, pois as transferências das terras estão acontecendo, onde a agricultura familiar vai ser massificada e, consequentemente, o projeto Destoca deve ser cada vez mais estimulado e executado de forma correta. Deputado **Chicão da Silveira**, não adianta imaginarmos o Projeto Destoca só para uns poucos ganharem muito dinheiro, não adianta, esse projeto tem que surtir o efeito como deveria surtir, beneficiando o nosso produtor. Estive na região da Taboca, semana passada, mais precisamente na Vila Progresso, São Sebastião e lá ouvi do Administrador da Prefeitura do Cantá, e sabem o que ele disse? Está registrado aqui no Relatório, pois levo a minha assessoria para ir anotando o que é dito. Então, ao chegarmos ao lote dele, tratorista disse que a capoeira era muito pesada, ou seja, a capoeira que tem tocos maiores é pesada para o trator. Quem tem que trabalhar e ter força é o trator, não o homem. Depoimento do Senhor **Ailton**, Administrador Municipal naquela Vila. O Lote dele não foi beneficiado. Segundo o depoimento deles: só querem amassar o capim, só querem trabalhar na área que tem capim, não querem trabalhar onde efetivamente tem toco. O depoimento do Senhor **Raimundinho**, que é da Associação, diz: "existem lotes onde o proprietário não mora, usando este até para lazer e já foi atendido pelo projeto Destoca". Ele quis dizer que eles, que estão lá, efetivamente trabalhando e produzindo, são marginalizados em detrimento a outras pessoas. Dizem eles, também, que o critério é a indicação de A, B ou C, não é respeitado o critério técnico, o critério de justiça para quem mora no lote e para quem quer produzir. Então, a operação Destoca é alvo de questionamento por esta Casa desde o ano passado. E a primeira amostragem que foi feita por mim foi ratificada. E, vamos peregrinar, dia 29 estarei nas Confianças, repetir, onde fui ano passado para ver como está sendo este ano e, depois, emitirei um relatório para a Comissão de Agricultura que é presidida pelo Deputado **Chicão da Silveira**, que também já trouxe a esta Casa uma denúncia similar. E, ainda mais, foi aprovado, de autoria do Deputado, um Requerimento convocando o Secretário **Rodolfo** para explicar a este Poder como está se processando a Operação Destoca.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Deputado **Flamarion Portela**, parabéns pelas colocações de Vossa Excelência e por ter visitado o interior e visto de perto o que temos trazido, constantemente, a este Plenário. Deputado, somos da base aliada do Governo, mas é inadmissível a quantidade de denúncias e reclamações dos pequenos produtores deste Estado relativas a essa operação de destoca. Políticas públicas precisam existir para contemplar a agricultura familiar, precisamos sair dessa agricultura rudimentar utilizada para brocar, derrubar para plantar. Temos que voltar para a mecanização agrícola, trazer tecnologias, agregar valores, aliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, precisamos fazer isso. Mas, infelizmente, há pessoas interessadas para que isso não aconteça, pois jamais o Governador irá admitir, vai ser conivente com uma situação dessas, tenho certeza absoluta, inclusive, quero agradecer à presidência desta Casa por ter aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados, um Pedido de Informação ao Secretário de Agricultura, sobre o projeto de destoca, quanto à aplicação dos seus recursos, quanto às empresas contempladas, os critérios não estão sendo obedecidos. A eleição terminou no mês de outubro, vamos pensar em desenvolvimento, vamos pensar em crescer, vamos acabar com essa politicagem, porque fulano não votou em sicrano e não pode ser contemplado, porque "B'" não votou em fulano, por isso não pode ser contemplado, temos que acabar com essa política pequenez, vamos pensar maior. Parabéns a Vossa Excelência, é o que está acontecendo e nós não podemos aceitar isso. Este ano nós não tivemos verão, poucos agricultores tiveram condições de brocar, desmatar e queimar suas roças. Então, essa mecanização, de forma responsável, comprometida com o produtor rural, vai beneficiá-lo. Então, parabéns a Vossa Excelência, estou de pleno acordo com o Senhor, Vossa Excelência traz uma denúncia que deve ser averiguada, não podemos deixar que o nosso pequeno produtor seja penalizado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Agradeço, Deputado **Chicão**, incorporo o vosso posicionamento ao meu discurso, reconhecendo Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Agricultura, está bastante vigilante sobre esse tema. E volta a dizer a todos, que a operação de destoca é filosoficamente a mais correta possível, é belo, é bom que se faça, mas que façamos de forma responsável e que dê o resultado satisfatório.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodolfo Braga** – Deputado **Flamarion,** quero me congratular com Vossa Excelência e dizer que no ano passado eu não fiscalizei o projeto de destoca, mas este ano, deixei que os empresários trabalhassem os primeiros 30 dias, e estou começando a andar em todos os assentamentos, em todos os lotes que os empresários estão trabalhando, Vossa Excelência pode ter certeza que eu também vou estar unido com o Senhor nesse caminhada.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Obrigado Deputado **Braga,** fico muito feliz porque o nosso papel aqui é fiscalizar a boa aplicabilidade dos recursos públicos, mas acima de tudo, objetivando alcançar aquilo que é mais satisfatório para comunidade.

Mas, Deputado **Braga**, quero aqui me reportar a Vossa Excelência, Deputado **Braga,** como Vice-líder do Governo, porque nós enfrentamos a estrada Malacacheta/Novo Progresso e observamos que tem uma empresa ao longo do canteiro, próximo ao Rio Jacamim, a margem do rio, por lado, tivemos a oportunidade e aqui nós temos uma série de fotografias que falam por si só.

Fomos numa S10 e só passamos porque fomos ajudados, mas outros carros também que estavam empacavam lá, o ônibus teve que retornar por outra estrada porque a condição da estrada não deu acesso. Ou seja, colocam barro, e lá é uma região boa de piçarra, só que está um pouco mais distante. No levantamento, com certeza a distância média de transporte, a famosa DMT é levada em consideração, a pessoa coloca o barro, vem uma chuva e a estrada fica intrafegável, quando ainda está em andamento, sequer foi concluída. Tenho certeza que a Secretaria de Infra-estrutura ao tomar conhecimento vai enviar um corpo de fiscais porque a empresa ainda está lá. O que eu quero colocar aqui, é que os empresários têm que ter a consciência de que ganhar dinheiro é bom, e a iniciativa privada existe essencialmente para ganhar dinheiro, aqui ou em qualquer parte do mundo,

a iniciativa privada existe para gerar emprego, para gerar desenvolvimento, rica e progresso e ela não conseguirá fazer isso sem ter rentabilidade, retorno financeiro, entretanto, essa empresa tem que ter a consciência que elas têm que fazer um serviço de modo que atenda as especificações técnicas. Eu não acredito que algum Engenheiro vá para lá especificar para colocar barro na estrada, ele tem que especificar a colocação de piçarra, e eu vivenciei na própria pele. Já na estrada que deriva para São Sebastião, mas não está sendo trabalhada, o que a gente lamenta é a pessoa estar ganhando dinheiro, permanecer ruim, o que vai ser feito com certeza está no planejamento do Governo e outra estrada vai ser feita depois, as pontes também em situação precaríssimas, umas até com pranchões, a ponte não serve para nada, por isso colocaram esses pranchões. Mas, isso não está sendo feito, não sendo pago para ser feito, isso é outra etapa, a gente anda, sabe que está ruim, mas não vê dinheiro público sendo gasto, o que nos agride, o que nos ofende é ver o dinheiro público sendo gasto, e mal, mal aplicado com serviço de má qualidade.

Então, trago essa denúncia aqui para a Assembleia Legislativa pedindo apoio do Deputado **Braga** para construir esclarecimentos junto à Secretaria de Infraestrutua. Tenho aqui algumas fotografias, se Vossa Excelência quiser ficar com algumas, eu lhe cedo, para levar ao Secretário **Horlando** para ele tomar ter um posicionamento, e com certeza que a Comissão de Infraestrutura para que possa receber isso e processar uma investigação, um esclarecimento maior. E como a Deputada **Aurelina** não está eu passo ao Deputado **Braga** para depois repassar o posicionamento para mim ou para a própria Assembleia sobre essa situação.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Lúcia Peixoto** – Parabenizo o seu pronunciamento, Deputado **Flamarion,** e tudo que o Senhor acabou de relatar é real no Município de Cantá. Quanto à questão da destoca, posso esclarecer aqui que tive uma reunião na vicinal IX juntamente com a líder do Governo, Deputada **Aurelina,** foi para esclarecer aos colonos os critérios exigidos pela agricultura quanto à questão da destoca, alertar também que nós somos fiscais do povo, mas eles têm que fiscalizar também o serviço da destoca, os critérios também foram repassados para eles. Então, esses senhores da Taboca estão cobertos de razão em reclamar, não podem baixar a cabeça e deixar o serviço sem ser executado, no que as empresas se propõem a fazer. Hoje, nós estamos fiscalizando, sabendo que acontece muita isso com vários produtores. Portanto o que lhes resta fazer é realmente denunciar. As firmas que estão fazendo esse trabalho da destoca, elas têm que agir sério com lealdade em cima desses colonos a para a gente saber é verificar *in loco* essas questões.

Quanto à questão da estrada da Malacacheta, o Senhor está coberto de razão. Ela é recuperada quase todo ano, mas quando chega a chuva, se transforme em um atoleiro só, a questão é usar um outro material com piçarra para poder segurar realmente as chuvas.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua.- Obrigado, Deputada **Lúcia,** pela coerência em reconhecer que as coisas têm que ser melhoradas, fico muito feliz por isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som** – Obrigado, Deputado, a gente se preocupa, sim, porque há pouco tempo, através de um requerimento aprovado, do Deputado **Chicão,** justamente pedindo esclarecimento quanto a destoca, e olha que os valores, citados nesta Casa, foram bem altos, mas o que mais ouve reclamar são os pequenos produtores que não estão sendo atendidos. Não faço parte da Comissão de Agricultura, mas no dia falei que queria ser convidado, faço questão de acompanhar também, no município de Alto Alegre as reclamações são inúmeras. Ontem recebi dois vereadores do município que falaram justamente dessa situação da destoca. Prometi-lhes que iria até o Secretário **Rodolfo** para obter mais esclarecimentos.

Com relação a estradas, não é de causar surpresa, como já citei, estive na Água Fria, segundo as lideranças dali, apenas 4 metros de um bueiro colocado no início de uma serra, não durou 30 dias, na primeira chuva que caiu levou bueiro com tudo, tanto é que estão isolados. Como bem coloca Vossa Excelência e o Deputado **Chicão**, nos preocupa, no mínimo a responsabilidade é dar manutenção, pois é o dinheiro do povo. Parabéns pelas suas colocações.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. –Obrigado, Deputado **Ivo Som.** E para finalizar, Senhor Presidente, o país tem demonstrado para Nação o quanto a receita tem se retraído, e Roraima que depende 80% da sua receita de transferência, sente muito mais, é o Estado da Federação que mais vai sentir a crise. Daqui uns dias o estado vai ter que repensar determinados investimentos, tem que repensar as despesas com custeio, também repensar o seu orçamento de uma forma global, com certeza, preparando até contingenciamento. Por isso, é que esses recursos escassos que o Estado de Roraima dispõe, deva ser bem aplicado, deva ser aplicado com responsabilidade, almejando o resultado lá na ponta que é quem realmente espera esse benefício.

Portanto, agradeço a paciência de todos, era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio –** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores aqui presentes, venho à tribuna, falar um pouco sobre a crise, o discurso do Deputado **Flamarion** no seu final fez um preâmbulo daquilo que nós iríamos pronunciar hoje.

Em primeiro lugar, os jornais de hoje trazem a matéria sobre o Presidente da Associação dos Prefeitos dos Municípios, Prefeito de Alto Alegre, **Virú,** demonstrando uma situação com a queda de receita que já aconteceu este mês em todos os municípios do nosso Estado, por conseguinte, Boa Vista e o próprio Estado de Roraima também têm tido perdas no seu fundo de participação estadual, o FPE.

Sabemos que a nossa economia é incipiente, iniciante e que quase todos os nossos recursos são advindos das transferências federais que são feitas também para o Estado e para os municípios. Peguei alguns indicadores para que pudesse trazer para os meus colegas parlamentares e à sociedade em geral, para que a partir daqui sirva de reflexão para vermos que caminhos poderemos tomar auxiliando o próprio governo na condução das suas políticas públicas.

Segundo a Folha de São Paulo na sexta-feira passada o PIB caíra de 3,5% para 2%, o IPI e o imposto de renda são os impostos que compõem a base de recurso para fazer a transferência do fundo de participação do Estado, o FPE, e o fundo de participação do município, FPM teve uma redução drástica em torno de 21 bilhões, apenas no mês de fevereiro. Infelizmente o que se avizinha neste Estado, é uma crise sem precedentes, daí a importância do pronunciamento do Deputado **Flamarion Portela**, bem como os que nós fizemos aqui na semana passada, alertando o próprio governo do Estado na condução das políticas públicas em relação a reajuste de funcionários, em relação ao custeio da máquina governamental, porque corremos o risco de sequer fecharmos o ano, se a economia não se comportar de forma diferente.

O Governo federal também está sinalizando que irá contingenciar as emendas de bancada, emendas essas, como sabemos, são de extrema importância para o nosso estado, porque quase todos os anos nós recebemos uma série de recursos dessas emendas de bancada, só deve liberar as emendas individuais, assim mesmo, à conta gotas. Então, a crise que se avizinha precisa ser enfrentada pelo Governo do Estado. O Governo criou um Conselho chamado de "Avança Roraima", eu não sei se esse conselho está tendo ciência desse problema, qual o aconselhamento que está fazendo ao Governo do Estado, mas a Assembleia Legislativa tem o dever e obrigação de chamar atenção para esses problemas porque corremos o risco, inclusive de faltar dinheiro para fazermos as transferências e a manutenção dos outros poderes legalmente constituídos do Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Deputado, inicialmente eu louvo a iniciativa de Vossa Excelência em trazer a tribuna desta Casa tema relevante para Roraima. Muita gente pode dizer "o que a gente tem ver é que o Estado todo tempo tem dinheiro", mas não é assim. Deputado **Marília,** se Vossa Excelência consultar o site da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado de Roraima recebeu, agora no dia 19, quatro milhões e meio, é impactante, é uma queda substanciosa, é muito pouco para uma unidade federada, que tem suas despesas e sua estrutura para ser mantida.

Queria citar só esse nome Deputado **Ionilson,** para ratificar a importância do discurso de Vossa Excelência, por isso que o dinheiro tem que ser bem aplicado. Muito obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Obrigado, Deputado **Flamarion Portela,** pela intervenção.

E aqui não tem nenhuma **Miriam Leitão,** não, o pessoal diz que ela é a pessimista geral do país, são os números, e a matemática não mente. O governo, ao tentar estimular a economia, reduziu o IPI sobre aquisição do veículo. No primeiro momento é bom, mas esse remédio agora causa efeitos colaterais, que é exatamente a falta de arrecadação, a queda de arrecadação, e isso sem dúvida nenhuma está refletindo na transferência para o Estado e para todos os municípios do País. Então, o momento é de austeridade, o governo precisa ter responsabilidade e reunir-se com a Secretaria da Fazenda e Planejamento para rever as suas metas. Ontem eu estava assistindo o Governador do Estado falar que muitas dessas metas seriam revistas e repensadas, o que é importante, significa uma sinalização, precisa sair do discurso para a prática, porque da maneira como a economia vem se comportando corremos o risco entrarmos em um processo de falência e não termos um centavo para fazermos investimento neste Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Chicão da Silveira** - Deputado **Ionilson,** eu agradeço a consideração de Vossa Excelência em me conceder este aparte. Não quero ser advogado de defesa do Governo. Mas sabemos que vivenciamos uma crise mundial, que chegou no Brasil a famosa marolinha do Presidente **Lula,** do PT, e infelizmente o Estado de Roraima tem uma economia fragilizada, que depende totalmente dos repasses do Governo Federal, a arrecadação do Estado é insignificante diante das despesas que este Estado tem que se comprometer mensalmente. Vendo a entrevista do Prefeito **Virú,** Presidente da Associação dos Prefeitos, no mês de março já houve uma queda de 19%, e de janeiro a março a queda foi de 47%, mais de quatro mil municípios não vão ter como efetuar as suas folhas de pagamento devido essas quedas, devido à redução da transferência do FPM. E nós do Estado de Roraima dependemos totalmente da boa

vontade dos repasses do Governo Federal, e o Governo do Estado tem feito de tudo para superar esta marolinha. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilso Sampaio** continua – Muito Obrigado, Deputado, é por isso que estamos alertando que o Governo não pode permitir que algumas coisas aconteçam. Ainda na semana passada, viemos a esta Tribuna, sobre denúncias nos jornais e no Ministério Público de vendas superfaturadas na Secretaria de Educação do Governo, esse tipo de situação o Governo do Estado não pode permitir. A venda de kits escolares, segundo a imprensa noticiou, com preços 100% acima do mercado, isso não deve ser permitido mesmo se não houvesse crise, imagina diante de uma crise como esta. O Governo tem que ser austero e firme, caso contrário corre o risco de fracassa. Muito Obrigado.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, bom dia a todos, quero parabenizar os Senhores Deputados que ocuparam a tribuna no dia de hoje. Existe uma passagem bíblica que diz: "Alguns chegam a Deus pelo amor, mas a maioria chega pela dor. No Brasil, é muito interessante, acontecem coisas que não são filosóficas, eles servem para começarmos a nortear as nossas vidas, existem vários chavões no Brasil um deles diz: " O Brasil é um país de otimista, onde todos os problemas se resolvem com carnaval, cerveja e futebol." É verdade, situações, como essa, para justificar descalabros como este, existem outros chavões, como este, sendo construído aqui na Assembleia Legislativa, aliás, é comum em vários poderes público, e eu tenho muito medo se isso se transformar em uma cultura como esta que eu acabei de falar, porque a maioria dos Brasileiros incorpora, pode até não concordar mas incorpora. Precisamos descer dos palanques para resolvermos os problemas de Roraima, acabei de ouvir isso do Deputado **Chicão da Silveira**. Mas isso é rotina no Parlamento, que palanque é este? Em que palanque nós estamos? Até onde eu sei e posso compreender, esta Assembleia não faz isso há muito tempo, este não é o nosso problema. Agora, quando eu disse que tenho receio de ouvir isso, como tenho ouvido isso, que diminua a responsabilidade que este poder tem, e que é conferido a nós, seria uma covardia nós nos esquivarmos dele. Não sei se Vossa Excelência está conseguindo entender o que quero dizer, existe um pensamento do Primeiro Ministro da Inglaterra **Wiston Thoter,** depois da segunda guerra mundial, que diz assim: "Na vida pública não é possível e nem correto fazer o que de melhor nós podemos fazer, na vida pública é preciso fazer aquilo que é necessário fazer." Eu acho que este é o sentimento que nós políticos, com poderes executivos de direito na mão, nós temos que ter isso como uma verdade para nós, e eu não estou colocando para dar lição de moral em ninguém, porque, às vezes, quando eu falo, e aprendi com pessoas sábias, que algumas pessoas especiais que passaram por aqui, são capazes de dizer pequenas coisas, o que uma enciclopédia inteira não conseguiria dizer. Agente precisa começar a viver isso. Então, não é preleção, mas é a voz de alguém que se sente minimamente comprometida com o que faz aqui. Tenho certeza que todos nós aqui, sem exceção, compartilhamos do mesmo sentimento. E por que eu estou dizendo isso? Porque eu ouvi aqui os Deputados: **Flamarion e Ionilson.** Eu abri o Jornal Folha de Boa Vista, e muitos dos Senhores devem ter lido, e quero parabenizar o Senhor **Joel Maduro** que escreveu a matéria insanidade de um cavalo de tróia. Os Senhores leram essa matéria? Na página onde assina o **Jesser,** como foi possível alguém resumir em poucas palavras uma situação tão importante como a demarcação da Raposa/ Serra do Sol. Ele fala da insanidade dessa decisão, em você descumprir a constituição pelo maior poder deste País, você está retirando o direito de ir e vir, o direito da proteção da propriedade privada. Acho importante que a gente leia isso, acho complicado enquanto Poder soltando fogos, fazendo homenagens a uma realidade que nem conhecemos, e que desdobramento terá, será que está correto, será que nós estamos incorporando o chavão: "o povo brasileiro é otimista ao estremo", o que há de errado com isso? É preciso observarmos. No mesmo jornal de hoje saiu a declaração do Presidente do ITERAIMA, um funcionário de carreira, existem áreas de plantio nas glebas de Caracaraí, um empresário em contrapartida, que isso não existe, que os estudos da EMBRAPA entendem e definiram que aquele solo é poroso, portanto, não serve para plantação de arroz. Nós falamos sobre crise, está no jornal: 19% de FPM, a questão da retração do orçamento do FPE. O Governador correndo se organizando com o Secretário de Planejamento e Finanças para estabelecer novas prioridades para o Estado, e nós temos uma área demarcada e nossa produção de arroz completamente comprometida, e teremos impacto importante na economia, ou será que isso não significa nada para nós? E o processo de assentamento dessas pessoas como vai ficar? Nós precisamos discutir? É dever nosso. No mesmo jornal, o Deputado **Urzenir,** do meu partido PSDB, partido do Governador, questiona as falhas da medida provisória nº 454, que assina o Presidente **Lula,** que versa sobre a transferência de terras para o Estado de Roraima. Em todos os Municípios onde nós passamos vimos os grandes outdoors com a frase: "Agora é pra valer, seis milhões de hectares". E eu pergunto, antes era uma brincadeira, antes nós não tínhamos essa preocupação, o que o Deputado **Urzenir** questiona no jornal, fala que o documento apresenta uma série de falhas que pode reduzir o número de hectares repassado pela união, de seis para um milhão de hectares, e ainda diz mais: além da medida provisória não dizer com exatidão as terras que serão repassadas, ele não estipula prazo para georeferenciamento e outras providências necessárias para a definição das áreas. Existe uma proposta que até 180 dias, o Parlamentar Federal propõe como possível, diz que esses erros da Medida Provisória terão que ser resolvidos através de emendas parlamentares, e quantas emendas serão necessárias? Isso vai virar uma colcha de retalhos. Então eu penso que na semana passada quando este assunto foi ventilado aqui, foi proposta uma audiência pública para discutir as condições verdadeiras da transferência de terras, nós precisamos cobrar isso, é preciso que a Comissão, que discute, encaminhe para nós com a máxima urgência essa proposta, para que possamos definir uma data. Não é possível que a Assembleia Legislativa fique na lanterninha desse processo, até por tudo que foi dito pelos Deputados que me antecederam, é chegada à hora de nós tomarmos algumas discussões importantes como esta que trata das questões futuras e atuais, das possibilidades de investimento no nosso Estado, não é possível que os Projetos sejam filosoficamente corretos, acho que o Governo do Estado precisa utilizar-se desse instrumento, que é a Assembleia Legislativa, no sentido de balizar as suas ações, que de uma maneira responsável podemos ir auxiliando o Governador do Estado nesses novos rumos que nós teremos que tomar.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Rodolfo Braga –** Obrigada, Deputada **Marília,** mais uma vez eu quero lembrar que desde 1991, quando esta Assembleia foi instalada, o Poder Legislativo nunca se furtou em discutir os tais problemas que a Senhora fala hoje, principalmente os problemas indígenas, e demarcação da área Raposa/Serra do Sol, ela foi discutida exaustivamente aqui neste Poder, convém salientar que nós, Deputados Estaduais, somos os cabos eleitorais dos Deputados Federais, somos nós que os elegemos, e vamos correr atrás dos votos, e de certa forma assinamos e repassamos a eles todas as prerrogativas que nós tínhamos para legislar no Estado. Quando a Senhora ler a Constituição Federal vai observar que pouca coisa sobrou para as Assembleias Legislativas, convém discutir o que já discutíamos na UNALE sobre o pacto federativo, para que nós possamos legislar, porque nós aqui no Estado, assim como em outro Estado do Brasil. Nós sabemos dos problemas inerentes ao nosso Estado, e todas as vezes que nós discutimos um problema indígena um problema que diz respeito a nós, mas que não podemos de maneira alguma legislar. Então, nós estamos aqui, como Vossa Excelência acabou de dizer, lendo jornais, enquanto os Deputados Federais resolvem os problemas, principalmente, deles. Eu nem falo dos nossos porque são tão poucos, oito mais precisamente, em detrimento de São Paulo que são mais de 50. Então, quando nós gritamos que precisamos de terras, que as terras são muitas para as comunidades indígenas, eles não entendem dessa maneira. Quero lhe parabenizar e falar mais uma vez que esta Casa nunca se furtou em discutir os problemas regionais.

Aparte concedido ao Deputado **Chicão da Silveira**- Vossa Excelência sempre tem demonstrado a este Poder Legislativo uma atuação de punho muito firme, determinante em todas as ações que envolvem este Estado. Quero dizer que no ano 1989 quando eu ainda era jovem, tempo do saudoso brigadeiro **Otomar de Sousa Pinto**, a Comunidade Indígena da maloca do Raimundão tinha uma área pretendida de expansão. Nós viemos com o Governador, que, com a sua sabedoria, disse uma coisa muito verdadeira, que o enfrentamento que nós estávamos fazendo era tão pequeno diante da igreja católica que tinha três milhões de ano, mas que nós não poderíamos naquele momento baixar a cabeça mesmo sendo pequenos, e deixar de fazer aquele enfrentamento. Infelizmente aconteceu esta demarcação. Eu quero dizer a Vossa Excelência que o Município de Alto Alegre, hoje detentor de 6,32% de sua área, que não é área indígena, é área de preservação permanente, espero que não reduza a sua área. Diante das preocupações de Vossa Excelência, daqui a 20 anos, talvez nós não estejamos aqui para ver os acontecimentos, vermos o comprometimento do futuro do Estado.

A Senhora Deputada **Marília Pinto** continua – Então, só para encerrar, quer dizer se têm todas essas questões, Deputado, para falar da nossa responsabilidade cada vez maior diante desse cenário sombrio que o Estado de Roraima vem atravessando. Enfim, estou cobrando o encaminhamento à Mesa para que seja votada a Audiência Pública para que possamos discutir com quem poderia responder de direito a questão da transferência de terras. Era isso, Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Não havendo mais nenhum orador inscrito, passamos à Ordem do Dia com a discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/09, que "Aprova a indicação, para exercer o cargo de Diretora-Presidenta da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, do nome da analista ambiental Srª **Luciana Surita da Motta Macedo".**

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/09 e do Parecer da Comissão Especial Externa, criada pela Resolução nº04/09.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto) –** (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/09 e o Parecer da Comissão).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra) –** Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 003/09.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ontem processamos a sabatina da Doutora **Luciana Surita**, ocasião presidida pelo Deputado **Erci de Moraes**, estavam os Deputados **Raul Lima, Flamarion Portela, Marcelo Cabral** e **Ionilson Sampaio**. Ela teve seu nome aprovado por unanimidade, e não poderia ser diferente, pois demonstrou um profundo conhecimento da própria estrutura da fundação, mais do que isso, mais significativo, é o conhecimento técnico que ela tem e a vontade de fazer a fundação dar os resultados satisfatórios. O que significa isso? Temos um grande desafio e, graças a Deus, temos a oportunidade de viver esse momento, apesar desse entrave tão grande e tão longo de transferência das terras, apesar das dificuldades que estão surgindo acredito que todas serão sanadas, superadas e, a partir daí, a fundação irá receber uma demanda enorme, porque isso serve para construir projeto de desenvolvimento com sustentabilidade. Esse patrimônio ambiental, a gente também não pode esquecer. Disse ontem e vou repetir aqui, a Doutora **Luciana** mostrou que quer trabalhar em um ponto de equilíbrio, nem ouvir o lado do radicalismo nem ouvir aqueles que também são muito avançados, ou seja, o ponto de equilíbrio é o ponto da razão. Espero que a fundação seja esse instrumento, a equipe da fundação é muito pequena, diria que até exageradamente pequena, e essas pessoas terão que se superar, vão ter que ter boa vontade e respirar o mesmo oxigênio no espírito da gestora da **Luciana**, para que atendam, por fim, as demandas que lá chegarem. Quero dizer aqui, encaminhando a votação, que já foi aprovada na Comissão, para que ela consiga obter, deste Parlamento, a unanimidade dos votos, para que a nossa responsabilidade aumente, juntamente com a responsabilidade da Doutora **Luciana** para que alcance tudo aquilo que imaginamos e queremos para o Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, na mesma linha em que se manifestou o Deputado **Flamarion Portela**, quero, na condição de quem presidiu a Comissão Especial e estando mais ou menos ligado ao setor em que se sabatinou a Doutora **Luciana**, informar aos meus pares que na minha visão ela demonstrou não só pleno conhecimento da responsabilidade do cargo que ocupará, que já vem ocupando e que deve ser por nós efetivada, que tem condições sobejas de corresponder ao exercício do cargo espinhoso que a aguarda, em função até do momento em que vive o nosso Estado onde tantas negociações importantes foram desdobradas e ocorreram nos últimos tempos, quer entre o Governo do Estado e o Governo Federal, quer entre as forças políticas locais, no sentido de tentarmos fazer com que o carro engrene e que Roraima tenha, enfim, oportunidade de sair da situação de quase paralisação em que vivemos ao longo desses anos angustiados com a questão da demarcação que, finalmente, ocorreu. Agora, só nos resta ver o caminho à frente e nos determos em um grande problema que é Roraima deixar de ser um Estado virtual para ser um Estado com suas terras e poder assim se desenvolver. Então, para finalizar, **Luciana** demonstrou, plenamente, sendo uma médica veterinária, que tem plena condição de saber conciliar os interesses do desenvolvimento da produção de Roraima com a preservação ambiental, podendo conduzir a FEMACT nesse processo para que seja uma alavanca do desenvolvimento sustentável. Portanto, consulto os meus pares a votarmos favoráveis à sua indicação.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus)** – Quero registrar e agradecer a presença da Doutora **Luciano Surita** na nossa Casa, dos servidores da FEMACT, também, os simpatizantes que estão aqui para apoiar o nome dela. Saiba Doutora, que esta Casa tem o maior prazer em recebê-la e sua equipe. Esperamos com absoluta confiança que seja um trabalho voltado para o desenvolvimento do nosso Estado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos nós conhecemos as dificuldades do nosso país, o nosso estado não é diferente com relação à legislação ambiental. Sabemos que a competência em legislar sobre meio ambiente, apesar de ser concorrente: estados/União e Municípios, são ainda as leis federais que nós seguimos, são momentos que a nível nacional, gente sabe que a cada dia se criam dificuldades para que, dentro da nossa visão de produção, fomento, as coisas realmente demorem a andar. E eu conheço bastante essa questão, pois a gente já discutiu bastante, tentando achar brechas para que o estado possa atuar independente do rigor das leis federais. E tenho acompanhado também de perto a luta da Doutora **Luciana** na FEMACT, a forma como ela tem se dedicado dia e noite, têm buscado fora do Estado opções para que a política de meio ambiente do Estado possa fluir cada vez melhor. Ela é competente, é a área que ela conhece, já trabalha, tem se esmerado noite e dia para adequar a política flexibilizando melhor às ações do Estado.

Então, quero dizer que tenho acompanhado de perto, e não tenho visto pessoa mais competente para o cargo. Então, quero aproveitar para parabenizar a Doutora **Luciana** porque tenho acompanhado o seu desempenho e seu esforço. Eu, como líder do Governo, encaminho essa votação, pedindo aos nossos colegas a análise da visão, sobre esforço da Doutora em adequar a política estadual e fazer com que o meio ambiente caminhe neste Estado, de forma a não emperrar o seu desenvolvimento, e pela sua luta, merece o voto de confiança desta Casa, em apoio à indicação feita pelo Governo do Estado. Por isso peço a aprovação do nome da Doutora **Luciana**.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus)** – Encerrada a discussão. Coloco em votação. A votação será secreta, votando "sim" os Senhores Deputados aprovam o nome da Doutora **Luciana Surita** para o cargo de Presidente da FEMACT em turno único, votando "não" os Senhores Deputados rejeitam a proposição.

Comunico aos Senhores Deputados que nos termos do artigo 270, parágrafo único do regimento Interno, o Projeto de Decreto Legislativo será aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, 13 votos favoráveis.

Solicito à Senhora Primeira que proceda à chamada dos Senhores Deputados para votação.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto)** – Procede à chamada.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus)** – Convido os Senhores Deputados **Marcelo Cabral e Ivo Som** para atuarem como escrutinadores.

Dou por aprovado o nome da Doutora **Luciana Surita** para o cargo de Presidente da FEMACT com 15 votos favoráveis, 02 votos contras e nenhum contra.

A Assembleia Legislativa comunicará ao Poder Executivo para providências cabíveis.

Quero neste momento parabenizar a Doutora **Luciano Surita** e toda sua equipe, desejo-lhe êxito na sua missão, correspondendo com os interesses do nosso Estado que é o interesse maior desta Casa Legislativa.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero registrar minhas felicitações ao amigo **Barac Bento** pela passagem do seu aniversário no dia de hoje.

Também quero parabenizar a Doutora **Luciana Surita** pela aprovação do seu nome para compor a presidência da FEMACT, também, pelo livro "Guia das Aves de Roraima", de autoria do **Luiz Fábio Silveira**, **Luciana Surita Mota**, **Renato B. de Azevedo**, **José Juliano Rodrigues** com fotos de **Edson Endrigo**. Acho importantíssimo isso, pois ajuda divulgar no contexto nacional as belezas do Estado de Roraima.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Obrigado, Senhor Presidente, como não pude falar em defesa da Senhora **Luciana Sarita,** quero parabenizá-la desejando-lhe muita sorte frente à Presidência da FEMACT.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral –** Senhor Presidente, quero agradecer aos Senhores Deputados que votaram pela aprovação do nome da Doutora **Luciana,** para ocupar a Presidência da FEMACT. Tenho certeza de que ela desempenhará o seu trabalho com muita responsabilidade, juntamente com toda sua equipe.

A Senhora Deputada **Marília Pinto –** Senhor Presidente, eu acho que é um momento bom para a Assembleia, que hoje dá uma demonstração visível de compromisso com o Estado, aprovando o nome da **Luciana Surita** para a Presidência da FEMACT. Discutimos o papel relevante que a FEMACT terá nesses próximos anos, nesse novo panorama que se desenha em relação às possibilidades do Estado, e estamos aqui dando uma carta branca para que ela possa tecnicamente, de maneira bem moderada e comprometida, como vem fazendo durante estes anos, ela possa, junto a sua equipe, trazer resultados favoráveis para nós. Então, parabéns à Assembleia pela demonstração de maturidade e compromisso com o Estado, o que nós esperamos é um bom resultado, contando com a colaboração da Assembleia Legislativa.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela –** Senhor Presidente, quero agradecer, já que fui o relator da matéria, a forma como o plenário desta Casa se comportou, dando um voto de confiabilidade à Doutora **Luciana**, ratificou mais uma vez, a nossa responsabilidade é grande ao dar esse voto de confiança à Doutora **Luciana**, com certeza, o desafio que ela vai encarar é muito grande, espero que bem assessorada, com a equipe eficiente, com boa vontade, possa realmente fazer um trabalho que a sociedade de Roraima espera e almeja no sentido de ser um elemento capitalizador da construção de novos dias e do progresso que todos nós esperamos e queremos. Obrigado e um abraço a todos.

O Senhor Deputado **Célio Wanderley** – Em primeiro lugar, quero parabenizar a Doutora **Luciana Surita** pela aprovação de seu nome para a Presidência da FEMACT, e convoco os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, Deputados **Chico Guerra, Marília, Raul e Marcelo Cabral** para uma reunião, após o término da Sessão.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus)** – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 25, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Lúcia Peixoto, Marcelo Cabral, Marília Pinto, Mecias de Jesus,**

Raul Lima, Remídio Monai, Rodolfo Braga, Sargento Damosiel e Socorro Simões.
Aprovada Ata Sucinta em: 25/03/2009

ATA DA 1814ª SESSÃO, EM 25 DE MARÇO DE 2009.
37º PERÍODO LEGISLATIVO DA 5ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MECIAS DE JESUS.

Às nove horas do dia vinte e cinco de março de dois mil e nove, no Plenário desta Casa Legislativa, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se a milésima octingentésima décima quarta Sessão Ordinária do trigésimo sétimo período legislativo da quinta legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Solicito à Senhora Primeira Secretária proceder à verificação de quorum.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – Senhor Presidente, há quorum regimental.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus)** - Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Chico Guerra)** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) - Em discussão a Ata.

Em votação, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à leitura do Expediente.

A Senhora Primeira Secretária (**Marília Pinto**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 054/09, de 24.03.09, do gabinete do Deputado **Tião Portella**, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 24.03.09.

Memo nº 016/09, de 23.03.09, do gabinete do Deputado **Ronaldo Trajando**, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 24.03.09.

EXTERNOS:

Ofício nº 253/09, de 24.03.09, da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, informando a ALE/Roraima que o GER assinou Termo Simplificado de Convênio nº 110/08, GER/SEAPA/FUNDAÇÃO AJURI.

Ofício nº 309/09, de 18.03.09, da Secretaria de Planejamento do Estado, informando que o GER assinou Termo Simplificado de Convênios nº 003, 004, 005 e 006/09.

Ofício Circular nº 019/09, de 24.03.09, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Governo do Estado de Roraima.

Ofício nº 169/09, de 16/03/09, comunicando que contratou Empresa de Assessoria Jurídica para atendê-los e colocando a mesma à disposição da ALE/Roraima.

Ofício nº 168/09, de 24.03.09, da Defensoria Pública do Estado, encaminhando cópia do Relatório de Atendimento a Reeducandos Recapturados após tentativa de fuga.

Correspondência, de 02.03.09, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, informando sobre o resultado do Trabalho Museu Virtual do Poder legislativo do Estado de Pernambuco.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus) –** Solicito à Senhora Primeira Secretária que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje cedo ao ler o jornal Folha de Boa Vista, duas matérias me chamaram a atenção. A primeira delas diz respeito à advertência dos professores da rede pública estadual e também os servidores da Universidade Estadual de Roraima. Eu faço o registro aqui, reconhecendo o trabalho da Comissão de Educação no ano passado quando houve a greve dessa categoria. A comissão de Educação mediou com muita competência o acordo que foi construído. Então, fica aqui registrado o apelo para que a Comissão de Educação já comece a dialogar tanto com o Governo como com a categoria e tente participar efetivamente desse processo, buscando uma solução para essa problemática, para que os nossos alunos, mais uma vez, não tenham o problema da falta de aula e depois ter que repor, sacrificando as férias, criando transtornos para as famílias e para os lares roraimenses.

Outra denúncia que eu quero trazer aqui é outra matéria publicada na Folha de Boas Vista de hoje. Cita aqui que o Ministério Público Estadual pede cancelamento de contrato. Que é isso? É aquele kit que foi vendido pela Nilcatex, que já objeto de ação popular tramitando na 8ª Vara cível. Agora, o Ministério Público faz uma ampla matéria sobre esse assunto. Eu confesso aos Senhores Deputados que já tenho pesquisado sobre isso e já tem alguma coisa em andamento. Fui a Manaus fazer uma pesquisa sobre essa firma Nilcatex. Ela pertence a um cidadão que há pouco tempo aquele padre **Ancelmo** fez um longo dossiê sobre a vida desse rapaz. Esse dossiê tramitou no Tribunal de Justiça, no Ministério Público, tramitou demais. O nome do cidadão é **César** já é uma figura famosa aqui no Estado. O jornal Folha de Boa Vista traz a matéria de dois Promotores que já pediram o cancelamento, aqui de acordo com a ação, há superfaturamento, valores que podem ser duplicados com a renovação do prazo contratual por mais um período, equivalente, se levado a efeito, a valores de sete a quatorze milhões de prejuízo ao erário público. É um valor significativo. Roraima como o Brasil está em crise, Roraima precisa aplicar bem o dinheiro público. Mas, além dessa denúncia aqui, quero trazer outras denúncias que estamos nos aprofundando sobre elas, trata-se da compra da merenda escolar. Observe, Deputado **Erci,** o que eu vou lhe explicar: houve uma licitação para comprar merenda escolar, as empresas de Roraima participaram, os advogados que compõem a CPL eliminaram essa firma Big Norte de Manaus, que deveria ganhar a licitação, essa é a verdade, porque tentou convencer os outros. Quando ela foi eliminada, a CPL, através do **Brito,** revogou a licitação, Deputado **Chico Guerra.** Quando revogou a licitação, ele reabriu novamente, Deputado **Mecias de Jesus,** elevando o capital de zero para novecentos mil e dezesseis reais ou seja, eliminou todas as empresas roraimenses, eliminou todas as empresas que participaram do primeiro certame.

Outra licitação que está em transcurso se refere à compra de lápis, caneta, papel. A exigência de capital era zero e dessa vez ia ganhar a Pedrosa Distribuidora de Manaus, que não conseguiu vencer. Fizeram o arranjo, revogaram aquele edital, publicaram outro exigindo um capital de um milhão e trezentos mil reais. Vocês sabem qual é o capital do Freire, que tem cinquenta anos de porta aberta, gerando empregos e pagando impostos em Roraima? Um milhão de reais, ou seja, se o Freire quiser vender um lápis para o Governo ele sequer pode concorrer, participar do certame licitatório. Eu estou chegando a uma conclusão, Deputado **Braga,** que o Doutor **Luciano Moreira** não gosta de Roraima, ele não quer ver os empresários de Roraima progredir, não quer ver o Estado de Roraima progredir, pagando tributos para o Estado, porque todas essas empresas são de fora e 100% ICMS é pago em outro Estado, gerando emprego em outro Estado. Como ficamos nós que nos elegemos com voto de Roraima? Como ficamos nós que precisamos do povo de Roraima? Como ficam os empresários, que geram progresso e crescimento? Como ficamos nós? Chego a conclusão que Doutor o **Luciano Moreira** odeia Roraima. Esse não é o comportamento de um secretário. Não venham me dizer, como diz, que não é gestor do FUNDEB, quando ele é gestor do FUNDEB sim, por obrigação legal, mas ele joga responsabilidade para Secretaria da Fazenda. Não venham me dizer que o doutor **Brito** na CPL faz isso de livre arbitrio e porque quer; ele faz porque tem alguém por traz para esquentar suas costas e lhe dar respaldo. O que ele está fazendo é absolutamente, ilegal, imoral. Nesses dois certames que estou dizendo, os empresários de Roraima estão 100% alijados. O cara morre na nascente, sequer ele pode participar. Volto a dizer: O Senhor **Carlinhos Freire** tem um capital de um milhão de reais e estaria eliminado. Agora, como se tem o capital zero, para que a licitação seja aberta, que é o princípio da 866, que haja o maior números de participantes possível, que o Estado cumpra a proposta mais vantajosa para o erário público, quer seja na qualidade, quer seja na boa aplicabilidade dos recursos. Eu fico estarrecido, essa pedrosa que estaria para ganhar esse material escolar, no ano passado, só aqui no Estado ganhou 28 milhões de reais, pagando zero de ICMS para o nosso Estado, pagando zero ICMS para incrementar nossa receita. Até o ano passado vivemos um momento bonito da nossa receita; agora está se retraindo, os recursos estão mais escassos e não justifica que o nosso empresário sequer tenha oportunidade de participar de certame licitatório.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Deputado, esses questionamentos que Vossa Excelência levanta na Tribuna desta Casa merece por parte da Assembleia Legislativa, especialmente por parte da Comissão de Educação desta Casa, sérias investigações. Temos que nos aprofundar nessas investigações, para sabermos se há ilegalidade ou não. Ninguém quer ser leviano neste momento para dizer que há essas irregularidades, mas, no mínimo, são suspeitos esses processos licitatórios que estão sendo conduzidos pela Secretaria de Educação do Estado, pelo Senhor **Luciano Moreira.** Não é de hoje, faz tempo que questionamos algumas coisas na Secretaria de Educação e claramente ele se diz candidato a Deputado Federal. Nós temos inclusive contato com vereadores do interior onde ele estar fazendo cooptação de vereadores para conversar, lideres comunitários, pessoas que têm alguma liderança política e não esconde isso de ninguém. Não tem problema nenhum, é um direito dele ser candidato, mas é preciso ver de que maneira ele vai querer ser candidato nas próximas eleições. Primeiro, parece que não gosta de Roraima. O site Fonte Brasil o chama "Luciano risadinha Moreira". Pelo que estou vendo, ele não tem motivo de chorar, ele tem mais é que sorri. Mas a Comissão da Assembleia Legislativa precisa, diante da gravidade das denúncias que Vossa Excelência está levantando nesta Casa, tomar providências de imediato.

Convido os nossos colegas Deputados para que a gente possa se aprofundar nessas questões. Obrigado.

O Senhor **Flamarion Portela** continua. Obrigado pelo seu aparte em meu pronunciamento. No Jornal Fonte Brasil tem matéria que fala de superfaturamento também. A Nilcatex vendeu cada mochila por R$ 37,37, enquanto o preço de mercado é de R$ 14,45 ou seja, menos da metade que a Secretaria pagou; duas camisas de mangas saíram por R$ 33,42, enquanto no mercado custa a metade do preço licitado, R$ 17,12; o Kit completo com um par de tênis, dois pares de meia, uma camiseta e uma calça, foi vendido pela Nilcatex por R$ 179,20 enquanto no mercado o kit não passa de R$ 97,50. O Jornal Folha de Boa Vista traz detalhes de quanto custou na Nilcatex, de quanto custou no concorrente, qual é a variação de quatro firmas que concorreram, e uma delas, que foi a segunda colocada, entrou com uma ação popular para revogar tudo isso, ou seja, não se pode desprezar a proposta de menor preço, a não ser que comprometa a qualidade. O menor preço é sempre mais avantajado, desde que mantenha a qualidade do que está sendo comprado. Agora, não podemos aceitar, se abriu o certame licitatório, se criar critérios para eliminar toda e qualquer possibilidade de concorrência das empresas de Roraima. Nós amamos esta terra, aqui é nossa terra, queremos ver este Estado crescer, e o poder público tem papel importante ao investir nas empresas locais. Eu fico muito triste com isso e decepcionado em ver como estão sendo conduzidos estas compras, com valores astronômicos de 13 milhões, 14 milhões, 15 milhões. Todos são valores significativos! Volto a falar: se o Senhor **Carlinhos Freire** quisesse vender para o Governo, estaria impedido de concorrer.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Raul Lima** - Nós já conversamos sobre este assunto e só quero agradecer por seu pronunciamento no dia de hoje, e aproveito as palavras do Deputado **Ionilson** que diz que não é só uma questão legal, é estratégica. Fala-se que não pode dá aumento aos policiais militares, mas se compra 28 milhões pagando, além do preço de mercado, e em Manaus. A orientação dos Fiscais da Secretaria da Fazenda, é que na entrada se cobre o imposto, depois você vai reclamar seu direito, se cria uma burocracia muito grande na fronteira dos dois Estados, e se você tiver vontade e tempo tem a possibilidade de reaver o dinheiro pago no imposto, ou de cancelar o DARF, então vejam bem, nós temos que repensar isso, porque nós estamos entrando na inviabilidade, quanto tempo falta para o nosso Estado atrasar o pagamento dos salários, se isso fosse uma empresa particular, e as tuas vendas tivessem caído 19%, em que isso implica? Até que ponto você vai continuar levando este Titanic em frente sem repensar o teu custo operacional? Estrategicamente não podemos continuar comprando em outro Estado, precisamos comprar aqui para tornamos os nossos empresários fortes, gerando emprego no nosso Estado, favorecendo a nossa economia. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua – Muito obrigado Deputado **Raul.** Então caros colegas eram essas as minhas preocupação no dia de hoje, fica aqui para o Deputado **Braga,** como líder do Governo em exercício para que possa o Secretário **Luciano Moreira** esclarecer essa situação. O PL tem que esclarecer, se o certame está em andamento e de repente ele eleva o capital de zero para um milhão e trezentos. É para excluir? Mas o objetivo da licitação é incluir é trazer mais participantes, para que haja mais competitividade e consequentemente se obtenha uma proposta mais vantajosa para o Poder Público. Então eu acho que o Doutor **Luciano Moreira** está devendo explicações a este poder, mas acima de tudo a sociedade Roraimense. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Mecias de Jesus**) – Com relação ao pronunciamento feito pelo Senhor Deputado **Flamarion Portela**, como trata-se de denúncias graves, gostaria que Vossa Excelência solicitasse da Secretaria de Educação a documentação, os processos, e que a Comissão de Educação tome as providências necessárias, pois essas ações podem ser verdadeiras mas também podem não ser. Por isso, é bom que se apure com toda cautela possível, pois, se forem verdadeiras, o povo não pode pagar por isso. Há poucos dias, também recebi uma denúncia de madeireiros do Estado e disseram para mim que estava sendo feita uma licitação na Secretaria de Educação do Estado, onde se comprava um número grande de carteiras escolares, aproximadamente 25 a 50 mil carteiras e que a madeira exigida para a confecção das carteiras não existia no Estado de Roraima. Ou seja, com tanta madeira que temos no Estado, por que não aproveitá-las para as cadeiras das escolas? Quando recebi essas denúncias, as levei imediatamente ao setor competente e não sei se essa licitação continuou ou não, mas, de qualquer forma, é bom que se investigue para sabermos se é verdadeira ou não, para que esta Casa possa tomar as providências cabíveis.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom-dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, Senhoras e Senhores Deputados. Senhor Presidente, mais uma vez, faço uso desta Tribuna para anunciar o resultado de minhas viagens ao interior do Estado. Recentemente, estivemos em Alto Alegre com o Prefeito **Viru** e com sua assessoria, os quais nos forneceram muitos dados explicando como está sendo feita a melhoria daquele Município. Parabenizo, mais uma vez, aquele Prefeito pelo seu desempenho, pois estive em algumas vicinais como a do Boqueirão e vi muitas máquinas trabalhando, pessoas satisfeitas. Com a proximidade do inverno, estive naquele local com o Presidente da Câmara de Vereadores, o Senhor **Herley** e alguns Vereadores que hoje estarão aqui em Boa vista, onde trarão a situação de energia daquela localidade para tentar encontrar soluções. Muitos postes daquela localidade, das vicinais estão sem luz e poucos são os moradores que possuem esse benefício, mas o Prefeito **Viru** tem procurado a CER e tem falado ao Governo do Estado que está aguardando a nova licitação dos transformadores e, se Deus quiser, segundo a direção da CER, até junho começarão as ligações elétricas naquele Município e nas vicinais. Entendemos que, se há um programa nacional de luz para todos, deve ter luz em todas as localidades. Nós vamos falar com todos os moradores daqueles municípios e cobrar melhores condições de energia elétrica naqueles municípios. Entendemos que, se houve um convênio, que se há a compra dos transformadores, eu acho que a energia deve chegar na casa de cada pai de família de Alto Alegre, em cada escola. E, acima de tudo, o Prefeito **Viru** se comprometeu e em breve estará se reunindo com o Governador para discutir sobre a linha de transmissão de energia elétrica para o Município de Alto Alegre. Quero parabenizar o Prefeito **Viru,** que tem me dado uma atenção exemplar, diferentemente de alguns Prefeitos do interior que não nos recebem, e quando vamos na casa deles estão dormindo. Obrigado, Prefeito **Virú,** pela atenção. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso das palavras em Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão. Convoco outra para o dia 26, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados: **Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Laia, Lúcia Peixoto, Marcelo Cabral, Marília Pinto, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Raul Lima, Rodolfo Braga, Ronaldo Trajano e Sargento Damosiel.**
Aprovada Ata Sucinta em: 26/03/2009

